

**MUNICÍPIO**  
VERANÓPOLIS - RS

**SECRETARIA**  
DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, HABITAÇÃO  
E LONGEVIDADE

# PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

VIGÊNCIA 2022- 2025



## EXPEDIENTE

<b>Prefeito</b>	Waldemar De Carli
<b>Vice-Prefeito</b>	Thomas Schiemann
<b>Secretaria de Desenvolvimento Social, Habitação e Longevidade</b>	Fabiane Parise (Secretária) Luciana de Conto Matter (CRAS) Marcela Guindani (CREAS)
<b>Conselho Municipal de Assistência Social</b>	Milca Coimbra (Titular) Eliandra Gabrieli (Suplente)
<b>Atualização e sistematização de dados</b>	Estelamaris de Barros Dhil, Senescentis Michelle Bertóglcio Clos, Senescentis

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	4
1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	7
1.1 Equipe de Colaboradores .....	7
1.2 Dados da Administração Municipal.....	7
1.3 Dados do Órgão Gestor .....	7
1.4 Dados do Fundo Municipal de Assistência Social.....	8
1.5 Caracterização do Conselho Municipal de Assistência Social .....	8
2 DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL.....	10
2.1 Características Físico-Demográficas.....	10
2.2 Educação .....	11
2.3 Saúde .....	12
2.4 Infraestrutura Urbana .....	12
2.5 Economia.....	13
2.6 Demanda Potencial para os Serviços e Benefícios da Assistência Social .....	14
2.7 Estrutura Para Oferta dos Serviços e Benefícios da Assistência Social .....	15
2.8 Demanda e Oferta, Segundo os Serviços socioassistenciais Tipificados e, Eventualmente, Públicos Específicos.....	16
3 PRINCÍPIOS, DIRETRIZES & OBJETIVOS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL..	18
3.1 Diretrizes, Prioridades, Ações Estratégicas e Metas Deliberadas, Resultados e Impactos Esperados .....	20
4 RECURSOS MATERIAIS: HUMANOS E FINANCEIROS, DISPONÍVEIS E NECESSÁRIOS.....	57
5 MECANISMOS E FONTES DE FINANCIAMENTO .....	58
6 COBERTURA DA REDE PRESTADORA DE SERVIÇOS .....	58
7 INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO .....	61
DOCUMENTOS CONSULTADOS .....	64
ANEXO 1: DEMANDA POTENCIAL PARA OS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS .....	65
ANEXO 2: ESTRUTURA PARA OFERTA DE SERVIÇOS.....	67
ANEXO 3: INDICADORES DE DEMANDA E OFERTA DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS .....	69
ANEXO 4: MECANISMOS E FONTES DE FINANCIAMENTO .....	71
ANEXO 5: EXEMPLO DE SISTEMATIZAÇÃO PARA RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS .....	74

## APRESENTAÇÃO

O processo democrático de construção do **Plano Municipal de Assistência Social 2022-2025** concentrou-se na intensa e desafiadora construção de um pacto social em torno dos atores envolvidos transformando-se em uma grande tarefa de mobilização das equipes técnicas de Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e Gestão, juntamente com as diversas representações integrantes do Conselho Municipal de Assistência Social.

Adotou-se como premissa básica a necessidade de construção de parâmetros, objetivos e procedimentos adequados para o desenvolvimento desse Plano, para o qual foi considerada a intersetorialidade e a corresponsabilidade dos usuários, da comunidade e do Estado para a superação dos desafios identificados para o próximo quadriênio.

Salienta-se que a sistematização das ações destinadas à Gestão do Sistema Único de Assistência Social, bem como às proteções sociais para todas as pessoas residentes no município, tem como premissa consolidar o planejamento estratégico como ferramenta para o aprimoramento da **Política Municipal de Assistência Social**, por meio do cumprimento de **diretrizes, objetivos e metas**. A distribuição do planejamento obedecerá ao princípio da distribuição dos serviços por Bloco de Financiamentos e a Resolução 109 CNAS de 11/11/2009 que fixou a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

O Plano Municipal de Assistência Social foi elaborado considerando sua apresentação por capítulos, com os seguintes destaques:

- a) Dados de identificação;
- b) Diagnóstico Socioterritorial;
- c) Objetivos gerais e específicos;
- d) Diretrizes e prioridades deliberadas;
- e) Ações e estratégias correspondentes para sua implementação;
- f) Metas estabelecidas;
- g) Resultados e impactos esperados;
- h) Recursos materiais humanos e financeiros disponíveis e necessários;
- i) Mecanismos e fontes de financiamento;
- j) Cobertura da rede prestadora de serviços;

k) Indicadores de monitoramento e avaliação.

O Plano Municipal de Assistência Social foi desenvolvido prevendo sua execução no período de **02/03/2022 a 31/12/2025**, podendo ser revisado a qualquer momento e analisado anualmente, mediante a construção do **Relatório Anual de Avaliação, Monitoramento & Indicadores de Desempenho da Política Municipal de Assistência Social**, a ser apreciado pelo **Conselho Municipal de Assistência Social**, em caráter extraordinário, convocada com exclusividade para este fim, na 1ª sessão, subsequente ao término do Exercício Financeiro anterior, observando o que está disposto no Capítulo sobre avaliação e monitoramento.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Veranópolis - RS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal Nº 4.295, de 17 abril de 2003 e, considerando: a reunião ordinária realizada em \_\_\_\_\_; o Artigo 18 da Resolução CNAS Nº 33 de 12 de dezembro de 2012, que aprovou a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social e a estrutura mínima para o Plano Municipal de Assistência Social, sob a presidência do(a) Senhora MILCA HEIDRICH COIMBRA, **APROVOU** o Plano Municipal de Assistência Social 2022-2025, conforme Resolução Nº \_\_\_\_\_/ 2022,

**FABIANE PARISE**

**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,**

**HABITAÇÃO E LONGEVIDADE**

**VERANÓPOLIS – RS**

---

# PARTE I

## CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO SÓCIO- TERRITORIAL



# **1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Período de Elaboração: de 02/01/2022 a 02/03/2022

Período de Vigência: de 02/03/2022 a 31/12/2025

Nome do Responsável Pela Elaboração: Fabiane Parise

Fone: 54-3441-6419

E-mail: smas@veranopolis.rs.gov.br

## **1.1 EQUIPE DE COLABORADORES**

- Estelamaris de Barros Dihl (Assessoria Técnica)
- Fabiane Parise (Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Habitação & Longevidade)
- Luciana De Conto Matter (CRAS)
- Marcela Guindani (CREAS)
- Michelle Bertóglia Clos (Assessoria Técnica)

## **1.2 DADOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

Nome do Município: VERANÓPOLIS

Nome do Prefeito: WALDEMAR DE CARLI

Nível de Gestão no SUAS: PLENA

Porte do Município: PEQUENO PORTE II

Endereço: RUA ALFREDO CHAVES Nº 366

Bairro: CENTRO CEP: 95.330-000

Fone: 54-3441-1477 e-mail:gabinete@veranopolis.rs.gov.br

## **1.3 DADOS DO ÓRGÃO GESTOR**

Nome do Órgão Gestor: Sec. Mun. de Desenvolvimento Social, Habitação & Longevidade

Nome do Gestor: Fabiane Parise

Endereço: Rua São Francisco de Assis Nº 259

Bairro: Centro CEP: 95.330-000

Fone: 54-3441-7242 | e-mail: smas@veranopolis.rs.gov.br

Quadro 1: Composição da equipe de referência SUAS - Veranópolis

Nível Superior	Desempenha função	Vínculo Funcional				Total
		Efetivos	CLT	C/C	Outros	
Assistente Social	CREAS	1				1
Psicólogo	CREAS	2		1		3
Advogado	CREAS	1				1
Assistente Social	CRAS	2				2
Psicólogo	CRAS	1		1		2
<b>Subtotal 1</b>		<b>7</b>		<b>2</b>		<b>9</b>
Nível Superior	Desempenha função	Vínculo Funcional				Total
		Efetivos	CLT	C/C	Outros	
Gestão Financeira e orçamentária	Órgão Gestor	2				2
Gestão da informação	Órgão Gestor	2				2
Motorista	Órgão Gestor	2				2
Limpeza	Órgão Gestor				2	2
Administrativo	Órgão Gestor	2		2		4
<b>Subtotal 2</b>		<b>8</b>		<b>2</b>	<b>2</b>	<b>12</b>
<b>Total Geral</b>				<b>21</b>		

## 1.4 DADOS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nome do Gestor do Fundo: Fabiane Parise - Cargo Comissionado

Lei Municipal de Criação do Fundo: Nº 3.469 de 1997

Decreto de Regulamentação do Fundo: Nº 3.254 de 1999

Número de Registro no CNPJ: 14.359.697/0001-04

## 1.5 CARACTERIZAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Endereço: Rua São Francisco de Assis Nº 259

Bairro: Centro CEP: 95.330-000

Fone: 54-3441-6419 e-mail: cmas@veranopolis.rs.gov.br

Nome do(a) Presidente: Milca Heidrich Coimbra

Representação: GOVERNAMENTAL

Possui Secretaria Executiva (Órgão): SIM

Nome do Secretário(a) Executivo: Luciana De Conto Matter

Nível de Escolaridade/Formação: Superior Completo

Quadro 2: Composição do Conselho Municipal de Assistência Social Gestão 2022-2024

<b>1 representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Habitação e Longevidade</b>	
<b>Titular</b>	<b>Suplente</b>
Luciana De Conto Matter	Catia da Rocha Marques
<b>1 representante da Secretaria Municipal de Saúde</b>	
Milena Kobelinski	Vanessa Calioni
<b>1 representante da Secretara Municipal de Educação. Esportes, Lazer e Juventude</b>	
Tobias Rizzatti	Ana Paula Carossi
<b>1 representante da Secretaria de Governo</b>	
Alzir José Secchi	Eliezer Dalla Costa
<b>1 representante da Secretaria de Indústria e Comércio</b>	
Daiane Ambrozini Domeneghini	Fabiane Bettio Staudt
<b>1 representante da Secretaria de Finanças</b>	
Ricardo Ledur Gottardo	Debora Kosarczuk
<b>2 eleitos dentre os indicados pelas organizações de usuários e representantes de usuários</b>	
Shirlei Grando Machado	Simone Flores dos Santos
Marli Fabbi Cristianetti	Palmiria Ribeiro
<b>2 eleitos dentre os indicados pelas entidades e organizações de assistência social</b>	
Maria Teresa Rambo Löwe	Valdrefo Reali
Edson Klein	Marly Basso Zanini
<b>2 eleitos dentre os indicados pelas entidades de representação dos trabalhadores do SUAS</b>	
Sandrine Gregol	Fabiana Muller Schmitt
Milca Heidrich Coimbra	Eliandra Gabrieli

## 2 DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL

A cidade de Veranópolis, Berço Nacional da Maçã e Terra da Longevidade, foi fundada em 15 de janeiro de 1898, tendo como área o total de 289,4 Km<sup>2</sup>. Segundo dados demográficos, a cidade de Veranópolis tem uma população estimada em 26.813 habitantes, conforme estimativa do IBGE para o ano de 2021 (em 2016 o Censo registrou 24.885 pessoas residentes no município e em 2010 o registro foi de 22.810 habitantes) sendo 15,3% pessoas com 60 anos ou mais.

Durante a década de 1990, identificou-se Veranópolis como o Município com maior expectativa média de vida ao nascer do Brasil. Este índice, obtido a partir de dados de recontagem populacional e da mortalidade em 1997, estimou uma longevidade média de 77,7 anos em Veranópolis, ao passo que, no mesmo período, a expectativa média de vida no Estado foi de 71,8 anos e do Brasil de 67,7 anos. Dados atualizados indicam que a expectativa média de vida ao nascer em Veranópolis é de 78,6 anos.

O município de Veranópolis também é conhecido como a Capital Brasileira da Longevidade e recebeu no ano de 2017 o título de Cidade Amiga do Idoso pela Organização Mundial da Saúde (OMS), já que a longevidade do município se destaca em nível nacional e internacional, através de vários trabalhos científicos já publicados no decorrer dos anos. Além de ser uma das melhores cidades para se viver, possuindo o 9º melhor índice de Desenvolvimento Socioeconômico do Estado, Veranópolis é um paraíso incrustado na Serra Gaúcha.

O nome da cidade vem da junção de "veraneio" com o termo grego "pólis", que significa "cidade". Portanto, "Veranópolis" significa "cidade de veraneio". A maior parte dos habitantes é descendente de imigrantes italianos, seguidos de poloneses e de outras etnias. Os primeiros imigrantes italianos chegaram a Veranópolis a partir de 1884.

### 2.1 CARACTERÍSTICAS FÍSICO-DEMOGRÁFICAS

O município de Veranópolis localiza-se na região de colonização italiana situada no nordeste do Estado, a 170 km da Capital Porto Alegre. Limita-se ao norte com o município de Vila Flores, ao sul com o município de Bento Gonçalves, ao Leste com os Municípios de Antônio Prado e Nova Roma do Sul, e a oeste com os Municípios de Cotiporã e Fagundes Varela.

Figura 1: Mapa da cidade de Veranópolis



Fonte: Diagnóstico Social da Criança e do adolescente (2020)

Veranópolis está a uma altitude de 705 metros acima do nível do mar e o clima característico é de temperaturas amenas, com média de 22 graus. Tem estações bem definidas, verões quentes e invernos com temperaturas negativas. A zona rural de Veranópolis está constituída atualmente por 29 comunidades rurais e a zona urbana está dividida em quinze bairros, nos quais dois possuem os maiores índices de famílias em situação de vulnerabilidade: são eles os bairros Santo Antônio e São Francisco.

## 2.2 EDUCAÇÃO

Com base em dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) referente ao ano de 2020, o município possui **2.586** alunos matriculados na rede municipal. O município tem em sua rede de educação 12 escolas de ensino fundamental e 5 escolas de ensino médio. Com base nos dados do IBGE, a demanda do número de matrículas no município (IBGE, 2020) se dá da seguinte forma:

- Matrículas no ensino fundamental: 2.243 matrículas
- Matrículas no ensino médio: 783 matrículas

Em 2019, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 7 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 5,2. A taxa de escolarização (para faixa etária de 6 a 14 anos) foi de 99,3 em 2010. Já a taxa de analfabetismo do

município está em 2,7%, de acordo com o censo do IBGE de 2010.

## 2.3 SAÚDE

É através da Secretaria Municipal de Saúde que os processos de saúde pública são organizados. A SMS foi instituída através da Lei Municipal nº 2.096, de 22 de setembro de 1987 e é constituída dos seguintes serviços:

**Atenção Básica** compreende 06 unidades de saúde, sendo que 04 funcionam como Estratégia Saúde da Família (ESF) e 02 como Unidade Básica de Saúde (UBS).

**Assistência Hospitalar** é fornecida pelo Hospital Comunitário São Peregrino Lazziozi que possui 63 leitos.

**Assistência Farmacêutica** conta com 06 farmácias, sendo 04 nas Unidades da Estratégia de Saúde da Família (ESF), 01 em Unidade Básica de Saúde e 01 Farmácia Pública Central, onde está instalado o almoxarifado de medicamentos e a farmácia de medicamentos especiais/especializados.

**Apoio e Diagnóstico Terapêutico** são realizados no laboratório terceirizado pelo Hospital Comunitário São Peregrino Lazziozi e no laboratório da Clínica Nossa Senhora de Lourdes. Os demais exames laboratoriais e imagem, são contratos através de Chamamento Público.

**Atenção Especializada** abrange serviços de atendimento especializado, no município, através de Chamamento Público ou em referências pactuadas.

**Sistema de Transporte** visa o deslocamento com segurança e qualidade dos pacientes que necessitam de serviços de saúde fora do município.

**Vigilância em Saúde** é organizada de forma a garantir o direito de proteção e prevenção a saúde da comunidade veranense.

## 2.4 INFRAESTRUTURA URBANA

**Drenagem Pluvial:** Existe a canalização cloacal e fluvial, onde os efluentes são lançados nas águas do Arroio Retiro, sem tratamento. Segundo dados coletados pelo censo 2010, Veranópolis encontra-se entre os 09 municípios com maior cobertura de rede geral de esgoto e fluvial, e utilização de fossa séptica.

**Abastecimento de Água:** Em Veranópolis, tendo por base estabelecimentos

comerciais e domicílios, 22.027 pessoas tem acesso à água tratada fornecida pela CORSAN. Nas localidades aonde os serviços da CORSAN não chegam, a Vigilância Sanitária do município realiza inspeção e acompanhamento periódico para verificação da qualidade da água. Para estas localidades, o tratamento da água é realizado pelos próprios moradores e de forma particular.

**Esgotos Sanitários:** Apresenta 92.8% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 84.3% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 47.5% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 15 de 497, 246 de 497 e 53 de 497, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 302 de 5570, 2049 de 5570 e 505 de 5570, respectivamente.

**Energético:** Segundo dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010), 99,95% da população veranense possui energia elétrica em seus domicílios. A empresa que fornece energia elétrica ao município é a RGE (Rio Grande Energia).

## 2.5 ECONOMIA

Veranópolis conta com atividades econômicas baseadas nos setores primários (agricultura), setor secundário (indústria e comércio) e setor terciário (serviços). O PIB do município, segundo o levantamento realizado em 2018 pela Fundação de Economia e Estatística (FEE, 2022), foi de R\$ 1.549.593,63, e o PIB per capita foi de R\$ 59.746,82.

A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00, em agosto de 2010) passou de 3,14% em 1991 para 0,45% em 2000 e para 0,00% em 2010.

Em 2019, o salário médio mensal era de 2.5 salários-mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 37.4%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 98 de 497 e 52 de 497, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 482 de 5570 e 229 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, tinha 19.9% da população nessas condições, o que o colocava na posição 435 de 497 dentre as cidades do estado e na posição 5485 de 5570 dentre as cidades do

Brasil.

## 2.6 DEMANDA POTENCIAL PARA OS SERVIÇOS E BENEFÍCIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

No município de Veranópolis, a Política de Assistência Social é operacionalizada pelo Centro de Referência de Assistência Social o qual oferta o Serviço de Atenção Integral às Famílias – PAIF, bem como Centro de Referência Especializado de Assistência Social que oferta os serviços da Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos PAEFI. No município, o total de famílias inscritas no Cadastro Único é 1.480 (GESUAS, 2022), dentre elas:

- 270 com renda per capita familiar de até R\$ 89,00;
- 104 com renda per capita familiar entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00;
- 397 com renda per capita familiar entre R\$ 178,01 e meio salário-mínimo;
- 709 com renda per capita acima de meio salário-mínimo.

O Programa Bolsa Família (PBF) foi um programa de transferência condicionada de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro Único. O PBF beneficiou, no mês de outubro de 2021, 349 famílias, representando uma cobertura de 71,8 % da estimativa de famílias pobres no município. O valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 38.334,00 no mês.

Em relação às condicionalidades, o acompanhamento da frequência escolar, com base no bimestre de novembro de 2019, atingiu o percentual de 97,7%, para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, o que equivale a 211 alunos acompanhados em relação ao público no perfil equivalente a 216. Para os jovens entre 16 e 17 anos, o percentual atingido foi de 88,4%, resultando em 38 jovens acompanhados de um total de 43.

Já o acompanhamento da saúde das pessoas (crianças até 7 anos e mulheres de 14 a 44 anos), na vigência de dezembro de 2019, atingiu 87,7 %, percentual equivale a 463 pessoas de um total de 528 que compunham o público no perfil para acompanhamento da área de saúde do município.

O grande desafio para os próximos anos é melhorar a taxa de cumprimento de condicionalidades, em especial os de Educação dos beneficiários de 16 e 17 anos, fomentando ações entre a rede e ampliando a cobertura de acompanhamento pelo PAIF.

Ressalta-se que a partir de fevereiro/2022 tem-se os dados do Ministério da Cidadania com demonstrativo do Programa Auxílio Brasil, Programa Social que substituiu em 2022 o Programa Bolsa Família. O Programa Auxílio Brasil atendeu no período referido, 389 famílias com benefício médio mensal de R\$ 199,84 e um valor mensal repassado de R\$ 77.738,00.

Dados sistematizados no Anexo 1 indicam os serviços mapeados, demandas identificadas, demandas atendidas e taxa de cobertura nos três níveis de complexidade e a relação de outros serviços e benefícios assistenciais.

## **2.7 ESTRUTURA PARA OFERTA DOS SERVIÇOS E BENEFÍCIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

No município existe um único CRAS/PAIF, cujo recurso é de R\$ **R\$ 5.665,66** mensais, portanto, R\$ 67.987,92 ao ano. A oferta do PAIF se dá de modo individualizado e no modo de grupo. São ofertadas oficinas para crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos como forma de aproximação da realidade social da população usuária, bem como para realização de acompanhamento das situações identificadas. O equipamento dispõe de automóvel, o que potencializa o deslocamento para visitas domiciliares de acompanhamento. O CRAS situa-se no centro da cidade, o que oportuniza o acesso da população aos serviços, programas e benefícios ofertados. Além disso está entre os dois bairros onde há a maior incidência de situações de vulnerabilidade social e/ou econômica. No CRAS também são ofertados os benefícios eventuais, tais como: auxílio funeral, auxílio natalidade, auxílio foto, auxílio documento civil, auxílio alimentação, auxílio passagem.

O CREAS/ PAEFI dispõe de um recurso de R\$ 3.222,52 mensais, sendo o valor total anual de R\$ 38.670,24. A oferta do PAEFI também se dá de modo individualizado e no formato de grupo, todos esses modos para acompanhamento das situações de violência / negligência / maus tratos, bem como dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

Dados relativos à descrição dos serviços ofertados por níveis de complexidade com análise das condições de instalação, ambiente físico, recursos, trabalho, impacto social e origem dos recursos estão detalhados no anexo 2.

## **2.8 DEMANDA E OFERTA, SEGUNDO OS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS TIPIFICADOS E, EVENTUALMENTE, PÚBLICOS ESPECÍFICOS**

De acordo com os serviços tipificados e detalhado no anexo 3, existe demanda e oferta nos três níveis de complexidade. Estão detalhados os dados relativos ao PAIF – na Proteção Social Básica, PAEFI, PSC, LA, Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com Deficiência, idosas e famílias, e o serviço especializado para pessoas em situação de rua – que compõe a Proteção Social Especial - Média complexidade, além dos dados relativos ao Acolhimento Institucional – abrigo e casa lar e Emergência e calamidade pública. Também outros serviços e benefícios assistenciais, como auxílios, BPCs e Cadúnico estão apresentados.

---

## PARTE II

# PLANEJAMENTO PARA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



### 3 PRINCÍPIOS, DIRETRIZES & OBJETIVOS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Como **PRINCÍPIOS**, a Política Municipal de Assistência Social observa os dispositivos integrantes da Política Nacional de Assistência Social estabelecidos no Artigo 4º da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, atualizado pela Política Nacional de Assistência Social 2004, conforme Resolução CNAS 145 de 15 de outubro de 2004 e pela Lei Federal 12.435 de 06 de julho de 2011 – que instituiu o Sistema Único de Assistência Social, conforme destacamos:

- I. Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II. Universalização dos direitos sociais a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III. Respeito à dignidade dos cidadãos à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV. Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- V. Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Como **DIRETRIZES**, a Política Municipal de Assistência Social observa os dispositivos integrantes do artigo 204 da Constituição Federal Brasileira/1988; o artigo 5º da Lei 8.742 de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social e os dispositivos apresentados pela Política Nacional de Assistência Social (2004) regulamentada pela Resolução CNAS 145 de 15 de outubro de 2004, conforme destacamos.

- I. Descentralização político administrativa, cabendo à coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal. Bem como a entidades beneficentes e de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características

socio territoriais locais;

- II. Participação da população por meio das organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
- III. Primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo;
- IV. Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos.

O presente plano tem como objetivo geral consolidar na base municipal, o Sistema Único de Assistência Social buscando qualificar e modernizar os serviços socioassistenciais desenvolvidos na Política Municipal de Assistência Social, observando os princípios estabelecidos na Resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009 e Resolução CNAS nº 13 de 13 de maio de 2014 - Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais; pela Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012 - Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB SUAS e, pela Resolução CNAS nº 269 de 13 de dezembro de 2006 – Norma Operacional de Recursos Humanos NOB/RH e, pelos princípios e diretrizes já identificados neste plano.

Considerando os resultados identificados do **Diagnóstico Socioterritorial**, nas **deliberações resultantes das** Conferências de Assistência Social realizadas nos anos de 2019 e 2021, apresenta-se no item 3.1, o detalhamento dos objetivos específicos **e os resultados a serem alcançados** ao longo deste quadriênio, divididos em **Eixos Estratégicos**, para efetivação dos direitos socioassistenciais dos usuários e para o aprimoramento dos diversos programas, serviços, benefícios, atividades desenvolvidas na Política Municipal de Assistência Social.

### 3.1 DIRETRIZES, PRIORIDADES, AÇÕES ESTRATÉGICAS E METAS DELIBERADAS, RESULTADOS E IMPACTOS ESPERADOS

As ações estratégicas previstas neste item serão alocadas dentro dos recursos dos blocos da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, conforme descritos no anexo 4.

Objetivo		Aprimoramento do Suas		1 Gestão Orçamentária e Financeira				
A1b		Acompanhar as Leis do Orçamento Municipal e a situação financeira dos recursos em relação ao ordenamento da despesa, processo de liquidação e pagamento, de todos os recursos destinados à manutenção dos serviços do cofinanciamento da Política de Assistência Social provenientes das esferas: federal, estadual e municipal, objetivando o aprimoramento na estratégia de gestão promovendo a continuidade, dos serviços, programas, projetos e atividades destinadas a todos os usuários desta política.						
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados	
Diligenciar junto aos Departamentos de Contabilidade e Tesouraria objetivando a criação de fluxo de informações discorrendo sobre a posição orçamentária e financeira das contas do FMAS, bem como sobre o processo de liquidação e pagamento das despesas.		Apreciar quadrimestralmente junto ao Conselho Municipal de Assistência Social os relatórios analíticos e financeiros produzidos pelos Departamentos de Contabilidade e Tesouraria com a participação de seus respectivos representantes.					Controle absoluto das receitas e das despesas; Respeito ao processo de transparência na gestão dos recursos financeiros; Maior envolvimento do Controle Social na gestão do FMAS.	

Objetivo		Aprimoramento do Suas				1 Gestão Orçamentária e Financeira				
A1c		Intensificar o controle administrativo sobre os contratos de prestação de serviços ou para fornecimentos dos bens de consumo destinados à manutenção das atividades incentivadas, promovidas ou realizadas em parceria com instituições não governamentais, estabelecendo um controle efetivo sobre o resultado das ações (serviços ou bens de consumo) que tenham como destinatários finais os usuários desta política.								
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados			
Instituir a pessoa do Gestor de Contratos para todos os contratos de fornecimentos de bens ou serviços com poder de fiscalização e, mediante consulta, sugerir a indicação das devidas providências quando for o caso.		Avaliar por ocasião da celebração dos contratos de prestação de serviços ou de fornecimento de bens e insumos, o princípio da legalidade dos atos administrativos por parte dos contratados, procurando evidenciar o correto cumprimento do objeto contratado, bem como, posteriormente, a cada semestre de vigência destes.					Efetivação do controle sobre os contratos de prestação de serviços e de fornecimento de bens e insumos, avaliando os impactos em relação aos seus reais beneficiários e em relação as condições de funcionamento dos serviços contratados.			
Objetivo		Aprimoramento do Suas				1 Gestão Orçamentária e Financeira				
A1d		Discutir com o Poder Legislativo sobre a necessidade de criação de uma Comissão Permanente da Política de Assistência Social, com objetivo de tornar mais compreensível à relevância e ao entendimento das políticas de proteção social instituídas, possibilitando maior entendimento sobre as vulnerabilidades encontradas na comunidade, angariando deste modo, maior apoio a promoção da Política de Assistência Social.								
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados			
Promover reuniões com a Poder Legislativo visando explicar sobre a PNAS, bem como sobre a urgente necessidade de instalação de uma Comissão Permanente direcionada ao Estudo da Política Municipal de Assistência Social, considerando todas as necessidades destacadas na NOB-SUAS e NOBRS para a efetivação desta política no nível local.		Promoção de três reuniões anuais destinadas a conscientização sobre as mudanças necessárias a serem promovidas na legislação local com o objetivo de adequar a Política Municipal de Assistência social ao processo de municipalização desta política.					Difusão e reconhecimento da Política de Assistência Social como uma política garantidora de direitos; Adoção de uma nova consciência em relação as finalidades da PMAS, desconstruindo a ideia de indicação ou intervenções de terceiros, na concretização dos direitos do usuário.			

Objetivo		Aprimoramento do Suas				2 Atualização da Legislação			
A2a		Promover as adequações necessárias na lei municipal que dispõe sobre a Política Pública Municipal de Assistência Social, conforme Resolução CIT nº 12 de 04 de dezembro de 2014, objetivando organizar e padronizar o atendimento da Política de Assistência Social no Município.							
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados		
Encaminhar e acompanhar o Projeto de Lei Municipal que institui e regulamente a Sistema único de Assistência Social no Município em cumprimento as deliberações da Comissão Inter gestora Tripartite - Brasília - DF.		Promover estudo tendo por base a proposta apresentada pela CIT sobre a realidade local, procurando promover as adequações necessária para aprimorar o texto que servirá de embasamento para o envio a Câmara Municipal de Vereadores que versa sobre a instituição do SUAS no Município.					Desejamos concretizar a atualização de nova legislação que deverá organizar o Sistema único de Assistência Social em nosso Município mediante a promulgação de Lei Municipal regulamentado definitivamente a Política e o Sistema Municipal de Assistência Social.		
Objetivo		Aprimoramento do Suas				2 Atualização da Legislação			
A2b		Promover as adequações e/ou regulamentação necessária à lei municipal que regulamenta os Benefícios de Natureza Eventual, objetivando alcançar os princípios de legalidade e da transparência, tornando acessível a todos os usuários o usufruto de seus benefícios.							
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados		
Repensar ações junto ao governo, a sociedade civil, as organizações não governamentais mediante a realização de audiências públicas e grupos de trabalhos sobre a necessidade de regulamentação e/ou aprimoramento das legislações que disciplina a política de insumos de benefícios eventuais existentes e/ou necessários.		Promover três reuniões na comunidade procurando identificar as mazelas sociais que poderiam ser minimizadas ou extintas com a concessão de benefícios eventuais conjugados como acompanhamento individual e familiar; Apreciar junto ao CMAS a indicação dos Critérios para concessão dos Benefícios Assistências, bem como formular projeto de lei regulamentando a situação no Município.					Compreensão acerca de todos (Comunidade, Legislativo e Executivo) sobre a importância de garantia dos mínimos sociais a quem de direito, que sobrem por quadros de vulnerabilidades temporárias; Desconstrução do preconceito em cima dos usuários demandatários destes benefícios; Sensibilização entre todas as entidades e organizações de assistência social no apoio e cumprimento da deliberação integrante na Lei Municipal.		

Objetivo		Aprimoramento do Suas				2 Atualização da Legislação			
A2c		Observar e promover, quando necessário, a regulamentação da Política Municipal de Assistência Social com consonância com a Política Nacional de Assistência Social e com a Política Estadual de Assistência Social, e as deliberações de competência do Conselho Municipal de Assistência Social, como forma de efetivarem-se as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social no Município.							
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados		
Discutir e aprofundarmos o estudo sistematizado da legislação que versa sobre o Sistema Único de Assistência Social, dentro do CMAS e junto à sociedade, com o objetivo de torná-la de fácil compreensão a todos(as).		Mobilizar a comunidade para a construção de um melhor entendimento sobre o que é a Política de Assistência Social; realizar audiências públicas com a participação do conselho em todos os territórios do Município. Trabalhar pela disseminação dos direitos e deveres do cidadão.				Aumento na procura por serviços e programas de inclusão social por parte dos usuários(a); Adequação e razoabilidade no entendimento sobre o acesso aos benefícios eventuais de forma mais condizente; Responsabilização por parte dos usuários sobre suas obrigações em relação aos programas que frequentam ou destes fazem uso.			
Reorganizar o planejamento e as rotinas do CRAS ressaltando a implantação do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio		Organizar e sistematizar os dados que justificam a implantação do serviço no primeiro semestre de 2022 e apresentar para Gestão Municipal e Conselhos de direitos.				Fortalecer a qualidade de vida dos usuários através do acesso aos serviços socioassistenciais.			

Objetivo		Aprimoramento do Suas				2 Atualização da Legislação			
A2c		Articular e mobilizar junto ao poder legislativo a revisão do Plano de Carreira dos trabalhadores do SUAS no que diz respeito a valorização salarial e as especializações dos técnicos.							
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados		
Discutir e analisar o Plano de Carreira dos Trabalhadores dos SUAS com o legislativo quanto a valorização das especializações e dos rendimentos.		Mobilizar o legislativo para garantir agenda em 2022 para as discussões sobre o Plano de Carreira e suas atualizações.				Reconhecimento profissional.			

Objetivo		Aprimoramento do Suas				3 Recursos Humanos			
A3a		Promover às adequações necessárias nas equipes de trabalho integrantes do Órgão Gestor, de apoio técnico aos: Conselho Municipal de Assistência Social; Departamento de Proteção Social Básica e Departamento de Proteção Social Especial, observando as normas estatuídas nas resoluções: CNAS nº 17 de 20 de junho de 2011 (Profissional de Nível Superior) e CNAS nº 09 de 15 de abril de 2014 (Profissional Nível Médio e Fundamental), como forma de efetivar o acesso de todos os usuários a seus direitos assistenciais.							
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados		
Promover um levantamento sobre a capacidade de atendimento nos serviços instalados, na rede governamental e conveniada, procurando apurar se a quantidade de horas dos profissionais envolvidos está adequada a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.		Elaboração do relatório; Reunião de planejamento sobre adequações e ajustes necessários; abertura de processo para contratação de temporários; abertura de processo de concurso público para efetivar servidores; fortalecimento de parcerias com ONG's mediante a realização de visitas presenciais, objetivando observar a melhoria de seu atendimento também.					Readequação das equipes para manutenção da qualidade das ações realizadas pelos serviços socioassistenciais Adequação da carga dos profissionais as necessidades dos programas; ampliação do quadro de profissionais de nível médio para apoio as ações estratégicas; Maximização dos recursos do cofinanciamento para pagamento dos profissionais.		
Objetivo		Aprimoramento do Suas				3 Recursos Humanos			
A3b		Efetivar a contratação na forma da lei, dos servidores (as) necessários (as) mediante a celebração de: Contratos Temporários, Processo Seletivo Simplificado ou a realização de Concurso Público para suprirem as carências profissionais existentes.							
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados		
Conscientiza a gestão, com base em levantamento interno que tomou por base os serviços instalados, frente a necessidade de contratação de novos servidores públicos para ocuparem os cargos efetivos da administração.		Realizar concurso público de acordo com prazos estabelecidos; ampliar o número de atendimentos (procedimentos) objetivando tornar acessível a todos os usuários deus bens e direitos socioassistenciais; Apoiar os novos contratados ofertando-lhes as condições necessárias para o bom desempenho de suas atividades.					Servidores contratados; Supervisão técnica disponibilizada aos novos servidores; Ampliação de ações com ONG's para ampliar a oferta de serviços essenciais.		

Objetivo		Aprimoramento do Suas				3 Recursos Humanos				
A3d		Garantir a profissionalização mediante elaboração do Plano Municipal de Educação Permanente, todos os recursos necessários, com incremento no apoio financeiro, técnico e logístico, para concretizar estratégia de aperfeiçoamento profissional das equipes de referência e de controle social.								
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados			
Reunião da Equipe Técnica com o Gestor para traçar o perfil das capacitações e treinamentos que se apresentam necessários para o aprimoramento dos profissionais, respeitando as particularidades locais, objetivando identificar os principais temas a ser inserido na Plano Municipal de Educação Permanente a- SUAS		Realizar anualmente, um encontro com equipe técnica para planejamento dos tópicos que serão fruto de capacitação no Exercício seguinte, consolidando o planejamento estratégico do Plano Municipal de Educação permanente do SUAS.					Anualmente, a disponibilização de recursos e oportunidades para a participação em atividades de qualificação e requalificação profissional, com a devida cobertura financeira, de todas as ações previstas no Plano de Educação permanente, observadas as áreas de atuação e/ou interesse dos servidores.			
Capacitações semestrais com os trabalhadores do SUAS, Conselheiros, rede socioassistencial e usuários sobre a Política Nacional de Assistência Social – serviços, programas e projetos.		Organizar o planejamento das capacitações continuadas no primeiro semestre de 2022 e no segundo semestre já promover uma capacitação.					Maior comprometimento de todos os trabalhadores do SUAS com a oferta dos serviços o que fortalece os processos de cidadania.			
Objetivo		Aprimoramento do Suas				4 Equipamentos Públicos & Conveniados				
A4a		Ampliar a captação de recursos financeiros destinados à construção, ampliação e manutenção dos equipamentos públicos; aquisições de veículos e/ou mobiliário objetivando, ampliação do financiamento das parcerias realizadas com Organizações Não Governamentais, proporcionando melhores condições de trabalho aos profissionais e de atendimento a todos os usuários (as) da Política de Assistência Social.								
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados			
Fazer busca ativa junto as leis do orçamento Federal e Estadual, Fundações, instituir Campanhas de Doações aos fundos especiais, objetivando a captação de recursos destinados a investimento.		Requisitar sistematicamente, mediante ofícios e visita presencial, junto à Receita Federal do Brasil, bens (veículos e imóveis) apreendidos em operações ilegais para transferência aos Fundo Especiais de natureza Pública existentes em nosso Município.					Ampliação da capacidade de atendimento nos equipamentos públicos com melhorias das condições operacionais e conseqüente melhoria na qualidade do atendimento dos usuários(as).			

Ampliar, reformar e/ou construir os prédios de CREAS e do CRAS no município.		Realizar as vistoriais e identificar as necessidades de reforma e ou construção dos equipamentos no de acordo com prazos estabelecidos. Articular com o setor de projetos da Prefeitura a construção do Projeto de melhorias e os custos e apresentar a Gestão no segundo semestre de 2022.		Qualidade na oferta dos serviços à população.
--	--	--	--	---

Objetivo		Aprimoramento do Suas				4 Equipamentos Públicos & Conveniados				
A4b	Padronizar a identificação dos equipamentos públicos destinados ao atendimento da política de assistência social, objetivando facilitar a identificação por todos os usuários (as) que deles necessitarem fazer seu uso.									
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados			
Fazer um levantamento de todas as unidades de atendimento de Políticas Sociais de natureza governamental ou não governamental para iniciarmos processo de identificação visual utilizando as placas de identificação padronizadas pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário.		Instalar em 100% das unidades prestadoras de serviços socioassistenciais, até 2022, as placas de identificação das instituições, a rede a qual pertence e as fontes de financiamento das atividades ali desenvolvidas.				100% da Rede de Assistência Social identificada de forma padronizada.				
Objetivo		Aprimoramento do Suas				4 Equipamentos Públicos & Conveniados				
A4c	Em cumprimento a norma federal, promover a padronização de Placas e Identificação do Convênio nas entidades integrantes do SUAS municipal, objetivando promover a transparência em relação aos recursos públicos investidos das três esferas de governos discriminando as metas e ações financiadas nos respectivos convênios.									
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados			
Proceder levantamento de todas as Organizações Não governamentais que são cofinanciadas com recurso do orçamento federal, estadual e municipal e identificá-las de forma padronizada, segundo dispositivos legais.		Instalar em 100% das unidades prestadoras de serviços socioassistenciais, até 2022, as placas contendo a identificação dos recursos discriminados por fontes de financiamento, destinados a manutenção daquelas unidades, durante o Exercício.				100% da das Placas Identificando as Fontes de Financiamento regularmente instaladas e atualizadas anualmente.				

Objetivo		Aprimoramento do Suas				4 Equipamentos Públicos & Conveniados			
A4d		Adequar todos os Equipamentos Públicos às normas de acessibilidade, objetivando facilitar a inclusão social de todos os usuários (as).							
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados		
Identificar todas as ações que sejam necessárias - no âmbito dos equipamentos de proteção social de natureza assistencial, sejam eles de natureza governamental ou não governamental, que não estejam em acordo com a legislação que regulamenta a acessibilidade no Brasil.		Promover as adequações necessárias em todos os equipamentos identificados até o final de 2023.				Promoção da inclusão social respeitando a extinção de todos os quadros de barreiras impostas a quaisquer pessoas com deficiência no acesso aos equipamentos públicos.			
Objetivo		Aprimoramento do Suas				5 Veículos & Frota			
A5a		Aquisição e manutenção da frota de veículos para uso exclusivo da Política de Assistência Social no Município, objetivando proporcionar as condições ideais de trabalho as equipes que atuam na Proteção Social Básica, Proteção Social Especial.							
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados		
Planejamento e captação de recurso LIVRE e vinculado do IGD/SUAS e PBF para manutenção e aquisição de veículos destinados ao uso da Política de Assistência Social.		Manutenção anual da frota de veículos destinados com exclusividade para uso da Política de Assistência Social, Leilão de bens inservíveis para captação de recursos e aquisição de um novo veículo em 2022.				Aquisição de um novo veículo destinados com exclusividade para as atividades de Proteção Social de Natureza Assistencial.			

Objetivo		Aprimoramento do Suas				6 Sistemas de Informações			
A6a		Implantar Sistema de Informações, acompanhamento e avaliação, para promover o aprimoramento, a qualificação e integração contínuos dos serviços da rede socioassistencial, objetivando dar cumprimento ao Pacto de Aprimoramento do SUAS.							
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados		
Capacitar servidores públicos municipais (de forma intersetorial) para qualificação das ações do Setor de Vigilância Socioassistencial objetivando a aferição de novos indicadores de desempenho da política e de participação e empoderamento pessoal por parte dos usuários.		Implementar capacitação anual com todos os trabalhadores da rede socioassistencial para qualificar as ações do Setor de Vigilância Socioassistencial no Município.					Melhoria na qualidade dos serviços assistenciais prestados no município, maximizando os recursos e ampliando os resultados de cobertura dos serviços.		
Organizar licitação para compra de sistema de informação para o setor de vigilância socioassistencial		Realizar reuniões periódicas com as equipes para refazer acordos sobre a manutenção das informações no sistema informatizado GESUAS.					Manutenção das informações de acolhimento, acompanhamento e desligamento das vinculadas aos atendimentos socioassistenciais. .		
Objetivo		Aprimoramento do Suas				6 Sistemas de Informações			
A6b		Aperfeiçoar os equipamentos públicos integrantes do Sistema Único de Assistência Social com o Sistema de Garantia de Direitos estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, fortalecendo a relação interdisciplinar, com os demais departamentos e serviços (Brigada Militar, Polícia Civil, Conselho Tutelar, Ministério Público, Conselhos de Direitos ONG's etc.) para garantia de acesso aos direitos sociais a toda população demandatária de serviços de proteção social básica e especial.							
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados		
Iniciar processo de reuniões com os órgãos integrantes do Sistema de Garantia de Direitos, com objetivo de implantarmos o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo destinado ao monitoramento das medidas aplicadas ao jovem infrator em nosso Município.		Promoção de reuniões bimestrais com os seguimentos envolvidos.					Qualificação do SINASE		

Objetivo		Aprimoramento do Suas				6 Sistemas de Informações			
A6c		Aproximar a Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Assistência Social do controle social local, objetivando o aprimoramento das comunicações das publicações oficiais estabelecidas entre o ente Município e o Estado.							
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados		
Intensificar a comunicação telefonia, digital e escrita com o CEAS, objetivando solicitar maior apoio e orientação as ações por nós desenvolvidas.		Participar mensalmente das reuniões do Colegiado de Gestores de Assistência Social, e sempre que possível das reuniões abertas da CIB-RS, do CEAS-RS e dos Fóruns de Entidades.					Correspondências expedidas; Participação em seminários, encontros e reuniões realizadas; Qualificação Permanente.		
Objetivo		Aprimoramento do Suas				6 Sistemas de Informações			
A6d		Monitorar mensalmente os Blocos de Financiamento do SUAS, mediante o acesso a todos os subsistemas do SUAS, dos recursos recebidos por transferência Fundo-a-Fundo, provenientes da União e do Estado, objetivando a adequação dos recursos à despesa pública consolidada (liquidada).							
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados		
Abrir todos os meses os instrumentos eletrônicos do SUAS e verificar a regularidade do processo de transferência, informando sempre que necessário o CMAS sobre eventuais atrasos ou interrupções no recebimento das receitas.		Analisar de forma contínua de as condições estabelecidas no Pacto de Aprimoramento de Gestão e no Plano de Ação do respectivo Exercício Financeiro estão sendo cumpridos por todos os entes da federação.					Maximização dos recursos do cofinanciamento federal com o propósito de proporcionar a melhoria no atendimento dos serviços prestados.		

Objetivo		Aprimoramento do Suas				6 Sistemas de Informações			
A6e		Promover a manutenção, de forma regular dos subsistemas de gestão do SUAS, com destaque para o BPC na Escola; Cadsuas; Carteira do Idoso; CECAD; CNEAS; SAA; RMM; SISC; RMA; SISJOVEM; SISPETI; SUASWEB; Prontuário Eletrônico, SIMPETI, Prontuário Eletrônico Programa Criança Feliz e PCF.							
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados		
Utilizar com eficiência todos os recursos em meio eletrônico disponibilizados para a gestão mais eficiente do SUAS pela gestão local, procurando identificar com precisão o aporte de novas possibilidades (recursos financeiros e oportunidades outras) que ensejam no aprimoramento do sistema a nível local.		Consultar regulamente e alimentar os dados necessário nos sistemas de acompanhamento e/ou monitoramento dos programas e serviços instituídos no Município, objetivando a atualização permanente das informações e posteriores benefícios com o reconhecimento dos resultados atingidos pela municipalidade.				Cumprimento das metas estabelecidas nos Pactos de Aprimoramento de Gestão e o aprimoramento da Eficiência no processo de Gestão da Informação;			
Objetivo		Aprimoramento do Suas				7 Programa Cadastramento Único			
A7a		Subsidiar o Órgão Gestor Municipal, com informações atualizadas e precisas, na elaboração de diagnóstico contendo todas as informações disponíveis, contribuindo para a eficiência, eficácia e efetividade Social do Sistema de Vigilância Socioassistencial.							
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados		
Promover um planejamento estratégico envolvendo todos os servidores do SUAS para conscientização sobre o papel de cada um na consolidação da atividade de Vigilância Socioassistencial no Município.		Promoção de reuniões mensais para estudo de estratégias e para o aprimoramento dos instrumentos de gestão da informação necessários a consolidação do Setor de Vigilância Socioassistencial.				Obtenção de base de dados segura para que as equipes e a gestão tenham informações necessárias para a ampliação e qualificação de ações da política de assistência social.			

Objetivo		Aprimoramento do Suas				7 Programa Cadastramento Único				
A7b		Ampliar as campanhas de esclarecimentos sobre a necessidade de atualização cadastral e sobre os benefícios assistenciais disponíveis, a todos os usuários (as) cadastrados (as) na base de dados do Município.								
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados			
Despertar a consciência na comunidade em geral sobre a importância de seu registro cadastral a todos os cidadãos beneficiários de programas de transferência de renda. (BPC, PCF, RMV) etc..		Elaborar campanhas com a utilização de diversas mídias procurando tornar a informação alcançável a todos(as) os munícipes usuários de programas de renda, bem como, aos não detentores, como forma de garantir o acesso à informação, possibilitando deste modo dar notícia de eventual irregularidade na concessão destes benefícios.				Maior adesão ao processo de atualização cadastral; melhoria dos IGD-PBF; Aumento dos recursos do cofinanciamento federal; garantia de não suspensão do benefício assistencial por quem tenha direito a fazer uso deste.				
Objetivo		Aprimoramento do Suas				7 Programa Cadastramento Único				
A7c		Modernizar o espaço de atendimento destinado ao Cadastramento Único, procurando tornar o local de atendimento mais ajustado ao processo, garantindo a melhoria da qualidade do ambiente para acolhida dos usuários, recepção e armazenamento de dados.								
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados			
Ampliar a sala de atendimento destinado ao Cadastramento Único, melhorando também os equipamentos destinados ao uso dos usuários proporcionando mais conforto e privacidade.		Aquisição de mobiliário e computadores, arquivos de aço, câmera digital, copiadora, Tablet para visitas remotas; smartphone para utilização de aplicativo Caixa.				Oferecer aos usuários da política de assistência social melhores recursos para o seu atendimento.				

Objetivo		Aprimoramento do Suas				7 Programa Cadastramento Único				
A7d		Disponibilizar treinamento e atualização dos operadores e visitantes do CadÚnico, objetivando seu aprimoramento e performance, como forma de melhoria contínua nos Indicadores Sociais de Gestão como o IGD/Suas e IGD/Bolsa Família municipal.								
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados			
Oferecer curso e treinamentos para atualização dos sistemas de informática integrantes do Sistema Suas Web.		Oferecer anualmente um treinamento de atualização na manutenção dos SISTEMAS do SUAS com especial destaque para o Cadastramento Único, SIG PBF e Suas Web.				Melhorar o entendimento sobre o funcionamento dos SISTEMAS do SUAS possibilitando a oferta de mais serviços assistenciais, bem como, satisfação dos usuários no atendimento.				
Objetivo		Aprimoramento do Suas				8 Vigilância Socioassistencial				
A81		Qualificar o Sistema de Vigilância Socioassistencial no âmbito municipal, visando ao planejamento e à oferta qualificada de serviços, benefícios, programas e projetos socioassistenciais, de forma a promover o aprimoramento contínuo da Política de Assistência Social.								
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados			
Conjugar esforços para elaborar instrumentos necessários para a efetivação das ações de Vigilância Socioassistencial objetivando a criação de indicadores de desenvolvimento social territorializados.		Elaborar em conjunto com a Equipe Técnica os instrumentos para coleta sistemática dos dados que serão monitorados visando a construção de indicadores sociais capazes de analisar e apontar os caminhos para a superação do quadro de vulnerabilidade social existente.				Com o monitoramento dos indicadores apurados, diminuir a incidência de violações de direitos identificados no território promovendo conjuntamente a inclusão social de todos os usuários marginalizados por fatores decorrentes das condições em que se encontram.				

Objetivo		Aprimoramento do Suas				8 Vigilância Socioassistencial				
A82		Elaborar o Diagnóstico Socioterritorial e/ou atualizá-lo a cada dois anos, procurando mapear as situações de vulnerabilidades e risco social nos territórios e identificando o grau de satisfação institucional e dos usuários (as) em relação às ofertas socioassistenciais (bens, serviços, programas, projetos e atividades), bem como, a adequação dos equipamentos públicos, para avaliar a necessidade de aprimoramento dos serviços assistenciais.								
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados			
Mobilizar as organizações não governamentais e os diversos equipamentos públicos para levantamento e atualização dos dados relativos a quadros de violência ou ausência de recursos que potencializam situações de vulnerabilidade e risco social, aprimorando o Diagnóstico Socioterritorial.		Promover a coleta de dados e atualização das planilhas contendo as informações levantadas no Diagnóstico Socioterritorial, buscando analisar todos os fenômenos que envolvem as demais políticas sociais, com especial atenção a renda, educação, saúde, esporte, cultura e lazer.				Adequar os serviços ofertados em cada território, observando as demandas reprimidas e estimulando a participação das entidades não governamentais em ações para consolidação dos direitos sociais e humanos.				
Objetivo		Aprimoramento do Suas				8 Vigilância Socioassistencial				
A8c		Garantir a construção dos indicadores e índices territorializados das situações de risco e vulnerabilidades sociais, necessários ao processo de acompanhamento, monitoramento e avaliação, definindo os fluxos, as responsabilidades e competências por parte de todos os operadores dos serviços de proteção social.								
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados			
Monitorar diariamente a coleta de dados objetivando a construção e atualização dos indicadores sociais territorializados baseado em planejamento estratégico envolvendo todos os servidores da Política de Assistência Social.		Levantamento mensal das informações mediante o preenchimento de planilhas; Sistematização das informações; divulgação das informações como utilização de recursos gráficos e audiovisuais.				Melhoria da qualidade de vida dos usuários e dos equipamentos públicos destinados a este atendimento.				

Objetivo		Aprimoramento do Suas				8 Vigilância Socioassistencial			
A8d		Organizar a oferta de serviços de forma territorializada, em áreas de maior vulnerabilidade e risco, de acordo com o diagnóstico socioterritorial, objetivando garantir fácil acesso dos usuários a seus direitos socioassistenciais.							
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados		
Atualizar o Diagnóstico Socioterritorial		Facilitar o acesso dos usuários aos programas sociais instituídos no CREAS e no CRAS; Ampliar as atividades de visitação nestas localidades;					Inclusão social dos usuários residentes em áreas de difícil acesso mediante intensificação do trabalho social.		
Objetivo		Aprimoramento do Suas				8 Vigilância Socioassistencial			
A8e		Monitorar a incidência de situações de violência, negligência e maus tratos, abuso e exploração sexual, que afetam famílias e indivíduos, com especial atenção para aquelas em que são vítimas: crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência.							
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados		
Construir estratégias intersetoriais para incentivar a denúncia compulsória entre os órgãos integrantes da Rede de Proteção Social, incluindo as demais áreas de atuação do governo e da sociedade civil, objetivando a consolidação dos dados relativos a todas as formas de violação de direitos.		Reuniões sistemáticas com os diversos segmentos da sociedade buscando identificar no cotidiano a causa de todas as violências manifestadas no Território.					Diminuição dos reflexos das violências identificadas mediante a adoção de novas estratégias de enfrentamento desta questão, de ação interdisciplinar, envolvendo todas as representações de governo e da sociedade.		

Objetivo		Aprimoramento do Suas				9 Benefícios Eventuais			
A9a		Garantir a oferta de benefícios eventuais de natureza assistencial a todos os usuários (as), que sejam beneficiários diretos de todas as provisões afiançadas na legislação local, que se encontrar em situação de vulnerabilidade social temporária ou sujeitos (as) a emergências ou de calamidade pública.							
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados		
Instituir campanha para divulgação da Política de Assistência Social procurando informar todos os cidadãos sobre seus direitos e como acessar os benefícios eventuais e assistenciais.		Provisionar recursos orçamentários e financeiros junto ao Orçamento da Política de Assistência Social para a manutenção dos benefícios eventuais regulados por lei.				Ampliar em 100% a cobertura dos benefícios eventuais e assistenciais (transferência de renda) a todos os usuários que se enquadrarem neste perfil.			
Objetivo		Aprimoramento do Suas				9 Benefícios Eventuais			
A9b		Efetuar regularmente o pagamento de auxílio natalidade e funeral, mediante critérios estabelecidos pelo CMAS, a todos os usuários que se encontrarem em situação de vulnerabilidade social.							
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados		
Verificar a adequação da legislação local observando a regulamentação dos Benefícios Eventuais, para estarem ajustados as normas da Política Nacional de Assistência Social, bem como às normativas do CNAS.		Elaborar estudo junto ao CMAS para avaliar a necessidade de se encaminhas ao Poder Legislativo as necessárias adequações à lei de Benefícios Eventuais do Município.				Legislação atualizada em conformidade com as prerrogativas nacionais como garantia de acesso a todos os usuários (as) aos benefícios eventuais nela autorizadas.			

<b>Objetivo</b>	<b>Aprimoramento do Suas</b>	<b>10 Benefício de Transferência de Renda</b>				
A10a	<i>Intensificar o diálogo com as Agências da Previdência Social para o melhor encaminhamento dos cidadãos para acesso aos seus direitos previdenciários, trazendo à tona aspectos dificultadores tais como a informatização da maioria dos serviços nas APS assim como a dificuldades dos usuários para essas formas de acesso.</i>					
<b>Ações / Estratégias</b>	<b>Metas</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>Resultados e Impactos Esperados</b>
Dialogar junto à Agência Regionalizada do INSS sobre a crescente demanda da população aos serviços previdenciários e da dificuldade dessa em acessá-los através dos canais digitais disponibilizados. .	Minimizar dificuldades dos usuários em acessar seus direitos previdenciários. O CRAS pode auxiliar a população sobre tais direitos, mas não é o CRAS o agente responsável por esses encaminhamentos.					Garantia de um espaço de acolhimento, de orientações e de encaminhamentos dos usuários da previdência social.
<b>Objetivo</b>	<b>Aprimoramento do Suas</b>	<b>10 Benefício de Transferência de Renda</b>				
A10b	Contribuir de forma efetiva no processo de atualização cadastral no Cadastramento Único do Governo Federal, os beneficiários dos programas de transferência de renda, com especial atenção do Programa BPC/LOAS, garantindo deste modo que a totalidade de seus beneficiários não seja privados de seus direitos sociais e de seus recursos financeiros, agravando de forma significativa o quadro de desproteção social.					
<b>Ações / Estratégias</b>	<b>Metas</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>Resultados e Impactos Esperados</b>
Campanha pública de abrangência local divulgando a sociedade os direitos assistenciais, com especial atenção aos benefícios de transferência de renda, BPC/Loas e PBF.	Promover a atualização cadastral do Cadúnico mediante atividades semestrais junto a comunidade, enfatizando a visita domiciliar, procurando despertar o compromisso dos usuários pela manutenção e atualização de seus dados de forma permanente.					Atingir 100% de identificação dos beneficiários do BPC/LOAS no Cadúnico; Despertar a consciência sobre a importância da atualização cadastral no Cadúnico, no que diz respeito a manutenção e permanência nos programas a que estão inscritos.

Objetivo		Aprimoramento do Suas				10 Benefício de Transferência de Renda			
A10c		Acompanhar os beneficiários do BPC/LOAS em grupos de convivência e de Fortalecimento de Vínculos, monitorando os indivíduos e suas famílias, contribuindo para a consolidação e/ou fortalecimento do protagonismo individual e familiar.							
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados		
Ampliar a estratégia de busca ativa beneficiários do BPC/Loas procurando inseri-los em Grupos de Convivência como estratégia de combate o isolamento social a que muitas vezes estão sujeitos.		Atingir o mínimo de 70% em visitas domiciliares aos beneficiários do BPC/Loas ou a integração desses a grupos de convivência e fortalecimento de vínculos e o acompanhamento de pelo menos 20% dos beneficiários do Auxílio Brasil anualmente.					Promoção da responsabilidade e da inclusão social de todos os usuários beneficiados por programas de transferência de renda, mediante acompanhamento nos programas assistenciais em andamento.		
Objetivo		Aprimoramento do Suas				10 Benefício de Transferência de Renda			
A10d		Realizar a gestão local do Benefício de Prestação Continuada – BPC, de modo a disponibilizar aos seus usuários e famílias, garantindo o acesso aos serviços, programas e projetos da rede socioassistencial.							
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados		
Ampliar as ações de cuidados no domicílio para usuários da Política de Assistência Social, especialmente a população idosa e com deficiência, contempladas pelo BPC/LOAS		Estimular mediante a visitação familiar, as famílias das pessoas idosas e com deficiências, a incluírem e acompanharem seus parentes nas atividades de inclusão social disponibilizadas no Território a que pertencem.					Superação das condições que favorecem o processo de isolamento social estimulando a participação em grupos de convivência e de fortalecimento de vínculos.		

Objetivo		Aprimoramento do Suas				11 Inclusão Produtiva, Pobreza, Geração de Renda			
A11a		Desenvolver a capacidade das famílias, por meio da articulação com os programas complementares para alfabetização de adultos; capacitação profissional; apoio a realização de atividades produtivas e de geração de trabalho e renda, como propostas emancipatórias e de fortalecimento ao protagonismo individual, familiar e de grupo a todos os usuários da Política de Assistência Social.							
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados		
Mobilizar as famílias integrantes do Auxílio Brasil para participarem efetivamente das Ações Complementares do PBF como estratégia de superação do quadro de vulnerabilidade a que estão sujeitas.		Promover semestralmente ações de capacitação nas áreas de geração de trabalho e renda; fortalecimento do protagonismo individual e familiar; alfabetização de jovens e adultos, dentre outras.				Maior adesão dos usuários as propostas trabalhadas como estratégia de superação dos quadros de vulnerabilidade econômica e social por estes vivenciados, contribuindo para a inclusão produtiva.			
Acolher as mulheres vítimas de violência fortalecendo-as e dando a elas oportunidades para independência financeira, tendo em em vista que muitas mulheres se mantêm no ciclo da violência por não encontrarem outras possibilidades para o sustento dos filhos.		Promover a compra de vagas em cursos tais como SENAI e SENAC para capacitar as mulheres vítimas de violência para facilitar inserção no mercado de trabalho.				Reduzir os índices de violência doméstica em nosso município.			

Objetivo		Aprimoramento do Suas				12 Rede Socioassistencial			
A12a		Qualificar e integrar a rede de serviços, mantendo e ampliando as unidades socioassistenciais estatais de referência das proteções sociais, básica e especial, considerando diversidades e heterogeneidade de públicos e territórios.							
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados		
Aproximar através de cursos de aprimoramento profissional os servidores integrantes dos diversos departamentos ou serviços públicos cuja atuação seja na área de assistência e desenvolvimento social, atuando na PSB ou PSE - MC e PSE - AC.		Identificar junto as Equipes de Referência quais são os temas que mais necessitam de esclarecimentos possibilitando que eles possam serem tratados em atividades intersetoriais ente a Proteção Social Básica e Especial, possibilitando o desenvolvimento reguçar de encontro ou atividades de capacitação e treinamento a cada bimestre.				Amadurecimento dos compromissos assumidos pelos profissionais da PSB e PSE com seu aprimoramento profissional, resultando maior grau de Eficiência nos serviços por estes prestados.			
Objetivo		Aprimoramento do Suas				12 Rede Socioassistencial			
A12b		Garantir a capacitação para trabalhadores e dirigentes de entidades e organizações, usuários e conselheiros, desenvolvendo e apoiando a realização de estudos, pesquisas e diagnósticos relacionados à política de assistência para fundamentar a análise de situações de vulnerabilidade e risco nos territórios e o equacionamento da oferta de serviços em conformidade com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.							
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados		
Apoiar a construção de estratégias que garantam a construção de saberes de forma coletiva, envolvendo todos os segmentos da sociedade, com especial atenção para a leitura e interpretação de relatórios diagnósticos que retratam a situação social vivenciada em cada Território.		Provisionar recurso orçamentários para além dos 3% do IGD como estratégia de custeio para atividades de capacitação a todos envolvidos na Rede de Proteção Social.				Maior conhecimento da Política de Assistência Social por todos os integrantes da Rede; Maior entendimento sobre as diretrizes, prioridades e metas nacionais da Política de Assistência Social.			

Objetivo		Aprimoramento do Suas				13 Campanhas de Direitos & Inclusão Social			
A13b		Potencializar a Política de Direitos Humanos e de promoção social, campanhas institucionais na prevenção e na redução das desproteções sociais e de ocorrências de situações de risco pessoal e social, oportunizando a melhoria gradual da qualidade de vida a todos os usuários.							
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados		
Promoção de campanhas institucionais abrangendo os temas relacionada as Política de Direitos Humanos.		Anualmente, mediante o estabelecimento de campanhas institucionais, divulgar os dados de violência nos Territórios; divulgando na comunidade os maiores fatores de risco e vulnerabilidades sociais identificados, apresentando as estratégias dos serviços assistências como forma de garantia de acesso as proteções sociais.				Desenvolvimento de uma consciência mais humanizada e tolerante; Diminuição dos índices de violência, maus tratos e negligencias vivenciados no Território; Fortalecimento da convivência familiar e comunitária.			
Objetivo		Aprimoramento do Suas				13 Campanhas de Direitos & Inclusão Social			
A13a		Fortalecer a intersetorialidade, como estratégia de gestão na área dos Direitos Humanos, visando à garantia de direitos e a proteção social e políticas para mulheres, pessoas com deficiência, comunidades tradicionais, ribeirinha, rurais, migrantes, refugiados idosos, em situação de rua e de recém-nascidos de mulheres encarceradas mediante a atuação conjunta das políticas de Educação, Saúde e Assistência Social.							
Ações / Estratégias		Metas	2022	2024	2025	2026	Resultados e Impactos Esperados		
Discutir na comunidade os temas de relevância relacionados a promoção dos Direitos Humanos e a Criminalização do Preconceito.		Realizar no mínimo uma campanha de Direitos Humanos a cada Ano, procurando discutir e aprofundar temas relacionados a Violação dos Direitos Humanos, procurando evidenciar os recursos que dispomos para superar estes quadros e a construção de uma consciência universalista.				Diminuição do preconceito e aumento da solidariedade entre os habitantes dos Territórios.			
Promover a sensibilização do público quanto a importância do envelhecimento ativo e saudável, e orientação de forma educativa a promoção da longevidade.		Promoção de Feiras e Eventos anuais para sensibilização continua quanto aos direitos da pessoa idosa.				Fortalecimento da qualidade de vida da pessoa idosa.			
Promoção da defesa dos direitos da Pessoa com deficiência.		Apoio anual as entidades, conveniadas, que ofertam serviços/atendimentos;				e Fortalecimento da qualidade de vida e o pertencimento da pessoa com deficiência.			
Fomento de políticas públicas em assistência às crianças e adolescentes e mulheres		Estruturar espaços de convivência e fortalecimento de vínculos e de acolhimento institucional no município.				Ampliação dos direitos à convivência comunitária da criança e do adolescente.			

Objetivo		Aprimoramento do Suas				13 Campanhas de Direitos & Inclusão Social			
A13c		<i>Estipular, junto ao Poder Judiciário, ações sistemáticas sobre a</i> Adoção de crianças e adolescentes, e sobre o Direito a Convivência Familiar e Comunitária, como forma de garantir a todos os interessados (adotante e adotados), o direito a uma família.							
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados		
Discutir com a comunidade as questões afetas a crianças e adolescentes que estão em processo de adoção.		Estimular a discussão na sociedade, mediante a realização de debates, seminários, conferências, sobre o processo de adoção, desconstruindo ideias preconceituosas relacionadas as crianças que se encontra destituídas do poder familiar a espera de uma família.					Aumento dos processos de adoção; Estímulo a pacificação familiar; Fortalecimento do convívio familiar e comunitário; Diminuição do preconceito em relação a adoção.		
Pensar políticas sociais para que os egressos de sistema prisional e de comunidades terapêuticas tenham prioridade em sistemas de trabalho e renda, bem como de capacitação profissional.		Realizar discussões entre a sociedade civil, empresários e Poder Público para a desconstrução de ideias preconceituosas relacionadas aos egressos de sistema prisional e das comunidades terapêuticas.					Melhorar as oportunidades dos egressos de sistema prisional e das comunidades terapêuticas frente ao mercado de trabalho e capacitações profissionais. Sensibilizar as empresas sobre a importância da manutenção dos acompanhamentos do sistema de saúde e de assistência social, para tanto reajuste de carga horária se faz necessário.		
Estabelecer o cronograma de ações para a implantação do Programa Família Acolhedora.		Instituir o Programa Família Acolhedora					Redução do número de abrigamentos de crianças e de adolescentes e a garantia da manutenção dos vínculos sociais existentes e o território em que a criança está inserida.		
Realizar ações de sensibilização sobre os danos pelo uso e abuso de substância psicoativas e do tráfico dessas.		Investir os recursos proveniente de penas pecuniárias em campanhas de sensibilização sobre os danos do uso e do abuso de substâncias psicoativas, bem como discussões sobre a criminalização da venda dessas substâncias.					Redução significativa do uso e abuso de substância psicoativa entre os adolescentes, bem como a vinculação desses às ações de tráfico dessas substâncias.		

Objetivo		Aprimoramento do Suas				14 Combate ao Trabalho Infantil			
A14b	Fortalecer a relação institucional da Política de Assistência Social com as Políticas de Educação e Trabalho e Emprego, mediante a construção de propostas para implantação de mais atividades extracurriculares com a criação e/ou aperfeiçoamento de cursos profissionalizantes, para todos os jovens, visando à ampliação da oferta e acesso ao mundo do trabalho.								
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados		
Estabelecer parcerias e estimular a participação da sociedade civil para a aceitação e abertura de vagas e possibilidade de trabalho na forma de estágio ou assemelhados aos jovens maiores de 16 anos de idade, como proposta de inserção ao mundo do trabalho.		Estabelecer parcerias com escolas e instituições de nível superior para a realização de estágios supervisionados à jovens; incentivar as atividades (cursos e treinamento) profissionalizantes aos jovens que já podem desfrutar desta iniciativa.					Inserção mais precoce do jovem no mercado de trabalho protegido; Fortalecimento da família; Diminuição do envolvimento de adolescentes e jovens em aplicação de medidas socioeducativas. .		

Objetivo		Aprimoramento do Suas				14 Combate ao Trabalho Infantil			
A14d	Instituir programa oficial para acesso, orientação e promoção ao estágio supervisionado e/ou ações para o primeiro emprego junto aos setores produtivos na comunidade, como forma de promoção ao trabalho protegido dos jovens de nossa comunidade.								
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados		
Estimular os Poderes Executivo e Legislativo a ofertar estágio supervisionado como estratégia de preparação ao mercado de trabalho.		Oportunizar a 10 jovens adolescente sua participação em atividades desenvolvidas pelo setor público, como forma de ingresso ao mercado de trabalho.					Aumento da inclusão social de jovens com seu ingresso no mercado de trabalho protegido.		
Objetivo		Conselho Municipal de Assistência Social				14 Controle Social			
B1a	Garantir a infraestrutura necessária ao funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, para seu pleno funcionamento.								
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados		
Oferecer apoio logístico ao funcionamento do Controle Social na Política Municipal de Assistência Social.		Provisionar recursos financeiros e orçamentários para a manutenção das atividades do CMAS.					Superação de eventuais dificuldades por parte dos Conselheiros quando em diligências fora do Município.		

Objetivo		Conselho Municipal de Assistência Social				14 Controle Social			
B1b		Capacitar o Conselho Municipal de Assistência Social para atuarem de forma efetiva como Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família, conforme regulamentado na Resolução CNAS nº 05 de cinco de junho de 2014, contribuindo para disseminações aos direitos dos usuários, sobre os direitos, objetivos e regras do Programa Bolsa Família.							
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados		
Disponibilizar treinamento adequado para as ações relativas ao controle social do Programa Auxílio Brasil pelos Conselheiros Municipais de Assistência Social.		Oferecer capacitação permanente sobre o tema em questão; incentivar a participação dos conselheiros municipais no acompanhamento das condicionalidades do Programa Auxílio Brasil.				Diminuição dos descumprimentos das condicionalidades do Programa Auxílio Brasil, Maior transparência na Gestão do benefício no Município; Maior compreensão sobre o benefício junto à comunidade.			
Objetivo		Conselho Municipal de Assistência Social				14 Controle Social			
B1c		Capacitar o Conselheiro Municipal de Assistência Social para atuar de forma efetiva em todas as questões relacionadas à manutenção do Cadastro Único dos Programas do Governo Federal, proporcionando a construção o de indicadores sociais regionalizados e na formulação de propostas protagonistas de caráter de inclusão produtiva, projetos de enfrentamento da pobreza, transferência e geração de trabalho e renda a todos os usuários identificados pelo Sistema.							
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados		
Disponibilizar treinamento adequado para as ações relativas ao controle social do CadÚnico Programa para os Conselheiros Municipais de Assistência Social.		Oferecer capacitação permanente sobre o tema em questão; incentivar a participação dos conselheiros municipais no processo de gestão do CadÚnico em todas as suas etapas.				Melhoria dos indicadores de gestão do CadÚnico; Maior conscientização por parte dos usuários acerca de suas responsabilidades junto ao CadÚnico.			

Objetivo		Conselho Municipal de Assistência Social				14 Controle Social			
B1d	Divulgar a todos os interessados, observando os princípios da Lei Federal nº 12.527 de 18 de novembro de 2011 – Lei de Acesso a Informação, os marcos regulatórios, atas, resoluções, pareceres e demais atos oficiais, emanados deste conselho, como estratégia de ampliar o controle social sobre a política municipal de Assistência Social.								
Ações / Estratégias		Metas		2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados	
Utilizar-se da divulgação de informações como estratégia para acesso à informação de todos os assuntos relacionados a Política Nacional de Assistência Social.				Instituir na pauta das reuniões do CMAS, a obrigatoriedade de leitura dos ofícios e comunicações recebidas de outras instâncias governamentais como estratégia de atualização sobre o assunto.				Aumento do nível de participação e entendimento sobre a Política Municipal de Assistência Social entre os conselheiros.	
Criar canais para o acesso às discussões e deliberações realizadas nas reuniões do CMAS.				Instituir a divulgação das atas das reuniões do CMAS em espaços públicos, como a recepção do CRAS e CREAS bem como no site da Prefeitura (criar aba para o CMAS)				Ampliar o acesso às informações sobre a Política de Assistência Social em nosso município.	

Objetivo		Conselho Municipal de Assistência Social				14 Controle Social			
B1e	Promover a articulação de suas ações com os demais conselhos de direitos e de políticas sociais instituídos no município, objetivando a conjunção de esforços por parte de seus integrantes, no estabelecimento de marco(s) regulatório(s) locais que facilite a construção de estratégias comuns para superação dos quadros de vulnerabilidades sociais identificados junto à população.								
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados		
Articular com todos os conselhos instituídos um conjunto de reuniões objetivando a discussão de pauta unificada por temas de convergência entre as políticas instituídas.		Adotar calendário de eventos para implantar a proposta das reuniões unificada.				Maximização dos esforços entre os conselhos instituídos e as políticas instaladas na superação de problemas vivenciados no atendimento dos usuários.			

Objetivo		Conselho Municipal de Assistência Social				14 Controle Social			
B1g	Garantir a efetivação do controle social, através da promoção da conferência municipal de assistência social e da participação nas conferências estadual e nacional de assistência social, a todos os conselheiros envolvidos diretamente ou designados representantes legais do Município na condição de delegados.								
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados		
Concentrar esforços com a sociedade civil para promoção de todos os atos oficiais do CMAS com especial atenção às Conferências Municipais.		Provisionar recurso financeiro, orçamentários e humanos para garantia de sucesso na realização das conferências municipais.				Conferências Realizadas.			

Objetivo		Conselho Municipal de Assistência Social				14 Controle Social			
B1h	Elaborar e submeter ao Conselho Municipal de Assistência Social, anualmente, a proposta orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social, contribuindo para o aprimoramento das funções consultivas e deliberativas deste do controle social no âmbito do SUAS.								
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados		
Apresentar ao CMAS as propostas das leis Orçamentária Municipal (PPA, LDO e LO) para seu parecer.		Estimular a participação do CMAS na elaboração e apreciação dos projetos de lei do orçamento municipal, observando os prazos estipulados na Lei Orgânica do Município.				Participação Social e Transparência.			

Objetivo		Conselho Municipal de Assistência Social				14 Controle Social			
B1i	Fiscalizar o Registro das Entidades e Organizações de Assistência Social, seus programas e serviços prestados, em conformidade com o disposto na Resolução CNAS nº 14/2014 de 15 de maio de 2014, objetivando a adequação de suas atividades a Tipificação nacional dos Serviços Socioassistenciais.								
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados		
Mobilizar todas as organizações não governamentais com sede no município para efetuarem seu registro.		Promover a visita técnica a todas as organizações de assistência social existente no município, aplicando os questionários de entrevistas e analisando suas condições de atendimento incluindo após o parecer do CMAS no CNEAS.				Cadastrar 100% das entidades de assistência social com sede no Município.			
Manter corretas as informações do CNEAS.		Atualizar, no sistema do CNEAS as informações sobre as ofertas executadas pelas entidades socioassistenciais.				Manter atualizadas as informações sobre as entidades socioassistenciais cadastradas, bem como solicitar a exclusão daquelas que não existem mais ou que deixaram de executar ações de assistência social.			

Objetivo		Conselho Municipal de Assistência Social				14 Controle Social			
B1j	Cobrar até 30 de abril de cada ano, o Plano de Ação (Exercício Atual) e o Relatório de Atividades (Exercício Ano Anterior), das Entidades e Organizações de Assistência Social, como forma de garantir a fiscalização permanente dos recursos desembolsados em relação ao objeto pactuado.								
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados		
Fiscalizar a execução dos convênios com entidades não governamentais.		Analisar a consistência dos Planos de Ação com o Relatório de Atividades e das despesas apresentadas em cada convênio celebrado, que tenha encerrado no Exercício anterior até o dia 30 de abril de cada ano.				Aferir os resultados das atividades desenvolvidas nas entidades e sua adequação as normas, ao gasto público dos recursos e o nível de satisfação dos usuários.			

Objetivo		Conselho Municipal de Assistência Social				15 Fundo Municipal de Assistência Social			
B2a		Ao gestor do FMAS, acompanhar o desembolso financeiro e orçamentário dos recursos provenientes do cofinanciamento federal, especialmente os relativos aos saldos financeiros existentes em 31 de dezembro de cada Exercício Financeiro, objetivando orientar o Setor de Contabilidade, mediante a expedição de resolução do CMAS, quanto à suplementação dos recursos nos respectivos elementos de despesas, os quais serão empregados no exercício seguinte, depois de descontadas as despesas liquidadas e não pagas no corrente Exercício Financeiro.							
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados		
Consultar periodicamente se o pagamento do cofinanciamento federal está depositado nas contas públicas.		Avaliar com segurança a existência de saldos financeiros em 31 de dezembro de cada ano; efetuar a reprogramação de saldos orientando o setor de contabilidade; apresentar ao Conselho resumos dos encaminhamentos realizados.				Gestão mais eficiente dos recursos financeiros e respeito às normas da transparência pública.			
Objetivo		Conselho Municipal de Assistência Social				15 Fundo Municipal de Assistência Social			
B2b		Encaminhar os Relatórios Trimestrais e Anuais de atividades e de execução físico-financeira, para apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social a título de prestação de contas.							
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados		
Apresentar ao CMAS os relatórios trimestrais e anuais, de fácil entendimento, sobre os recursos utilizados no período, provenientes do FMAS.		Providenciar regularmente a confecção dos relatórios indicados, para apreciação do CMAS.				O pleno exercício do controle social sobre as contas e os atos públicos.			

Objetivo		Conselho Municipal de Assistência Social				15 Fundo Municipal de Assistência Social			
B2c	Ao gestor do FMAS, estimular e fomentar o crescimento do orçamento público municipal destinado ao financiamento da Política Municipal de Assistência Social, entre as três esferas de governos, como alternativa a melhoria geral dos serviços públicos prestados e como forma de melhorar os equipamentos existentes e/ou necessários.								
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados		
Ampliar as ações de captação dos recursos públicos provenientes de outras esferas de governos.		Promover o crescimento vegetativo dos recursos financeiros destinados à manutenção da Política Municipal de Assistência Social, de forma gradual, acompanhando minimamente os indicadores de inflação quando da elaboração da peça orçamentária.				Mais liberdade para o planejamento e garantia de funcionamento pleno dos serviços assistenciais instituídos.			
Objetivo		Conselho Municipal de Assistência Social				15 Fundo Municipal de Assistência Social			
B2e	Ao gestor do FMAS, garantir a provisão de recursos financeiros para a manutenção das atividades do Conselho Municipal de Assistência Social, destinados ao financiamento de despesas com capacitações, deslocamentos, alimentação, hospedagem, participação em fóruns, congressos a todos os conselheiros que forem designados pelo CMAS em diligência representativa do município.								
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados		
Provisão no orçamento municipal de Projeto/ Atividade destinada a manutenção dos serviços do Conselho Municipal de Assistência Social		Anualmente, planejar os gastos com a manutenção das atividades do Conselho Municipal de Assistência Social e realizar as provisões necessárias no Orçamento do FMAS.				Disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros para manutenção das atividades deste Conselho.			

Objetivo		Conselho Municipal de Assistência Social				16 Participação do Usuário			
B3a		Instituir o planejamento contínuo e participativo no âmbito da Política de Assistência Social, possibilitando que cidadãos, trabalhadores, usuários e representações de usuários possam contribuir no aperfeiçoamento desta política.							
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados		
Estimular a participação dos usuários no processo de planejamento das atividades de assistência social.		Organizar reuniões semestrais de planejamento das atividades com os usuários aplicando metodologias que possibilitem estimular a expressão dos usuários quanto a suas expectativas em relação a PMAS.				Incremento na participação efetiva do usuário no planejamento das atividades.			
Objetivo		Conselho Municipal de Assistência Social				16 Participação do Usuário			
B3b		Ampliar a comunicação com os usuários, através de peças publicitárias, folders, publicações, comunicações radiofônicas, multimídia, objetivando a disseminação de informações de direitos e para acesso a serviços públicos de assistência social.							
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados		
Investir em peças publicitárias capazes de atingir com mais facilidade o usuário.		Elaboração e distribuição de Folders explicativos sobre temas afetos a Política de Assistência Social; incrementar as entrevistas nas rádios locais e incrementar a divulgações de informações via jornal.				Ampliação do acesso à informação do usuário mediante a disponibilização de diversas estratégias em mídias diferente.			

Objetivo		Conselho Municipal de Assistência Social				16 Participação do Usuário			
B3c	Intensificar o trabalho de visitas domiciliares, adotando novas abordagens e metodologias de trabalho que desperte na família ou indivíduo, maior senso de pertencimento e protagonismo, como forma de aproximar o usuário (a) do livre acesso a seus direitos assistenciais.								
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados		
Conhecer melhor as Famílias e Indivíduos usuários(as) da Política de Assistência Social.		Consolidar a visitação das famílias como estratégia para o estabelecimento de vínculos com os usuários e para o conhecimento mais preciso das situações de vulnerabilidades e de potencialidades existentes.				Conhecer melhor a realidade em que vivem as famílias, observando diretamente as potencialidades e vulnerabilidades sociais por estas vivenciadas.			
Objetivo		Conselho Municipal de Assistência Social				17 Entidades & Organizações de Assistência Social			
B4a	Assessorar as entidades e organizações de assistência social, visando à adequação dos seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais às normas do SUAS, viabilizando estratégias e mecanismos de organização para aferir seu desempenho junto à rede socioassistencial, em âmbito local.								
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados		
Estimular a organização dos serviços em Rede de Proteção tomando por norma os serviços relacionados na Tipificação nacional dos Serviços Socioassistenciais.		Realização de visitas técnicas com objetivo de orientação; Criação de protocolo para superar eventuais dificuldades identificadas; análise da capacidade instalada para prestação dos serviços; análise da equipe de referência contratada.				Aprimoramento dos serviços em rede.			

<b>Objetivo</b>		<b>Conselho Municipal de Assistência Social</b>				<b>17 Entidades &amp; Organizações de Assistência Social</b>			
B4b	Acompanhar a execução de parcerias firmadas entre o município e as entidades e organizações de assistência social, objetivando a análise das prestações de contas e dos relatórios sociais de atendimento do objeto.								
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados		
Disponibilizar profissional da gestão para análise e controle dos convênios celebrados com organizações não governamentais.		Promover visitas técnicas para averiguação do cumprimento das metas pactuadas; analisar as condições de oferta dos serviços; analisar a satisfação dos usuários atendidos no programa.				Aprimoramento dos instrumentos de prestação de contas e para identificação do atendimento do objeto pactuado.			
<b>Objetivo</b>		<b>Conselho Municipal de Assistência Social</b>				<b>17 Entidades &amp; Organizações de Assistência Social</b>			
B4c	Medir regularmente os padrões de atendimento dos serviços ofertados nas entidades, objetivando diagnosticar eventuais ajustes necessários, bem como as superações conquistadas ao longo do processo.								
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados		
Avaliação periódica e sistemática para a construção de indicadores de referência dos serviços prestados pela organização / entidade.		Promover visitas técnicas para averiguação do cumprimento das metas pactuadas; analisar as condições de oferta dos serviços; analisar a satisfação dos usuários atendidos no programa.				Aprimoramento dos níveis de excelência nos serviços prestados pelas organizações não governamentais.			

<b>Objetivo</b>		<b>Serviço de Proteção Social Básica</b>				<b>18 PAIF</b>			
C1a	Consolidar o trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria geral de sua qualidade de vida a 100% da demanda identificada.								
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados		
Modernizar o atendimento social das famílias, mediante a adoção de novas metodologias de trabalho.		Instituir novas estratégias de trabalho com famílias, procurando introduzir no cotidiano das atividades desenvolvidas no PAIF, novas metodologias de trabalho.				Ampliar a participação das Famílias e Indivíduos nas atividades de inclusão social na PSB.			
<b>Objetivo</b>		<b>Serviço de Proteção Social Básica</b>				<b>19 Busca Ativa</b>			
C1b	Intensificar a busca ativa e apoiar o acesso e a permanência na escola de: crianças, adolescentes e jovens com deficiência, adolescentes grávidas, e adolescentes e jovens, inseridos no Cadastro Único.								
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados		
Aproximar os serviços públicos (educação, saúde e assistência social) dos usuários através do estímulo à visita domiciliar.		Ampliar as ações entre os programas de saúde, educação e assistência social que tenham como objetivo a efetivação das políticas públicas mediante a participação ativa dos usuários.				Melhorar os indicadores de pobreza ou extrema pobreza existentes no Território, adotando a Visita Domiciliar como estratégia para registro das famílias nos programas CadÚnico e Programa Auxílio Brasil..			

Objetivo		Serviço de Proteção Social Básica				2 SCFV			
C2a		Consolidar a estratégia do atendimento dos usuários de assistência social em grupos, organizados a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social a 100% da demanda identificada.							
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados		
Sensibilizar a comunidade em geral sobre a importância da PMAS nas atividades de grupos.		Ampliar a taxa de cobertura dos serviços do PAIF e de SCFV para todo o Território, procurando trabalhar individualmente os fatores que contribuem para o não comparecimento de usuários as atividades programadas.				Ampliação do número de usuários participando ativamente nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.			
Viabilizar o acesso da população às atividades de grupo no Centro de Convivência Ivo Zanella.		Adquirir, o mais breve possível, um automóvel, tipo VAN, 15 lugares para o deslocamento de grupos para o SCFV.				Aumento da participação dos diferentes grupos etários às ações do SCFV.			

Objetivo		Serviço de Proteção Social Básica				20 Cuidado no Domicílio - Idosos e Pcd's			
C3a		Consolidar estratégia de prevenção à ocorrência de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários, mediante a promoção da garantia de direitos, o desenvolvimento de mecanismos de inclusão social, a equiparação de oportunidades, a participação e o desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiência e idosos, a partir de suas potencialidades e necessidades individuais e sociais, prevenindo situações de risco e o isolamento social a 100% da demanda identificada.							
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados		
Trabalhar nos grupos a política de Redução de Danos e de direito à Convivência familiar e Comunitária.		Discutir em dois seminários anuais a política de Redução de Danos e de Convivência familiar e Comunitária como estratégia para o fortalecimento de famílias e indivíduos.				Desenvolvimento de atividades com foco na promoção da autonomia das famílias e com vistas a fortalecer vínculos, melhorar a autoestima, saúde física e mental e proporcionar um espaço de reflexão sobre a dinâmica familiar.			

Objetivo		Proteção Social Especial - Média Complexidade				21 PAEFI			
D1a	Efetivar o trabalho de orientação e apoio a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos mediante a oferta sistemática de orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social a 100% da demanda identificada.								
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados		
	Divulgar o trabalho do CREAS à comunidade.	Ampliar o atendimento jurídico e social; ampliar o atendimento com psicólogo; estimular as publicações de campanhas de direitos; acompanhar mais de perto a situação dos adolescentes infratores; conhecer melhor os indicadores de violência e maus tratos.					Garantia de defesa de direito, especialmente nos casos em que as violações de direitos já se concretizaram.		
	Renovar periodicamente rotinas junto aos órgãos de segurança, tais como Polícia Civil e Brigada Militar para o encaminhamento das situações de violência ao CREAS para o acompanhamento.	Reestabelecer rotinas de referência e contra-referência das situações de violência ao CREAS.					Garantir o acolhimento das pessoas vítimas de violência e possibilitar o acompanhamento da situação.		

Objetivo		Proteção Social Especial - Média Complexidade				22 Medida Socioeducativa de LA e PSC			
D3a	Garantir a oferta de atenções socioassistenciais e acompanhamentos a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioassistenciais em meio aberto, determinadas judicialmente, contribuindo para o fortalecimento dos vínculos afetivos; a redução da reincidência da prática do ato infracional e dos ciclos de violência a 100% da demanda identificada.								
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados		
	Aumentar as possibilidades de locais para a efetivação do cumprimento das medidas socioeducativas. .	Ampliar as parcerias com entidades governamentais e não governamentais para a criação de novas ofertas de espaço destinado ao cumprimento das medidas socioeducativas.					Ampliação do número de parcerias para o cumprimento das medidas de LA e PSC.		

Objetivo		Proteção Social Especial - Média Complexidade				23 Proteção Social Especial Idoso, Pcd e Suas famílias			
D4a	Garantir o atendimento especializado a famílias com pessoas com deficiência e idosos com algum grau de dependência, que tiverem suas limitações agravadas por violação de direitos (exploração da imagem, isolamento, confinamento, atitudes discriminatórias e preconceituosas no sei da família, falta de cuidados adequados por parte do cuidador, alto grau de estresse do cuidador, desvalorização da potencialidade/capacidade da pessoa) a 100% da demanda identificada.								
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados		
Implantar serviço especializado para atendimento desta demanda específica.		Proceder um levantamento no Território para identificar os casos que se enquadram nesta modalidade de atendimento social, procurando implementar este serviço com a maior brevidade possível.				Atender toda a demanda identificada.			
Objetivo		Serviço de Proteção Social Especial - Alta Complexidade				24 Acolhimento Institucional			
E1a	Garantir a oferta de serviços de acolhimento para crianças e adolescentes em diferentes equipamentos, públicos ou conveniados – (abrigo institucional, casa lar, etc.), em caráter excepcional e provisório, para crianças e adolescentes de ambos os sexos em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, em cumprimento ao disposto no artigo 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA a 100% da demanda identificada.								
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados		
Viabilizar, quando necessário, através de contratos de compras de vagas em Abrigos, o encaminhamento de crianças e/ou adolescentes quando esta não puder ser atendida pelo Programa Famílias acolhedoras..		Realizar a compra de vagas em abrigos sempre que necessário				Garantir o acolhimento de criança e de adolescentes sempre que necessário.			
Aumentar o espaço físico da Casa Lar São Francisco para criação de novas vagas.		Aumentar em 50% a quantidade de vagas da Instituição de Longa Permanência.				Ampliação da quantidade de vagas destinadas ao acolhimento de idosos em Instituição de Longa Permanência,			

Objetivo		Defesa Civil		25 Ações de Defesa Civil				
<b>E1a</b>		Garantir a oferta de Benefícios Eventuais à população em razão de necessidade de Melhorias no domicílio para a permanência de condições de segurança do domicílio. Realizar melhorias nos equipamentos públicos e capacitar à comunidade para agir em situações de calamidades ou catástrofes da forma mais resiliente possível, isto é com uma resposta satisfatória (reduzindo impactos) e com o menor dano possível. Manter as ações de Defesa Civil sempre que necessárias.						
Ações / Estratégias		Metas	2022	2023	2024	2025	Resultados e Impactos Esperados	
Contribuir para a manutenção de reformas e/ou melhoria das residências da população vulnerável de nosso município.		Oferta de recursos através de benefícios eventuais sempre que necessário					Redução dos agravos relacionados a desabamentos de moradias ou de acidentes provocados por condições insatisfatórias de redes elétricas, de saneamento básico e de enchentes.	
Capacitar a comunidade para se tornar uma Cidade Resiliente.		Treinamento de crianças, adolescentes e idosos para ações em momentos de crise ou de catástrofes.					Obter o reconhecimento da ONU de que Veranópolis realizou todas as melhorias e capacitou a comunidade para responder satisfatoriamente frente a situações de crise ou de catástrofes. Redução dos impactos negativos de uma situação de crise ou de catástrofes. Comunidade fortalecida e organizada para agir em momentos de crise ou de catástrofes.	

## 4 RECURSOS MATERIAIS: HUMANOS E FINANCEIROS, DISPONÍVEIS E NECESSÁRIOS

Quadro 3: Recursos Humanos Disponíveis e Necessários para operacionalização da Política de Assistência Social em Veranópolis – 2022/2025

Setor	Recursos Humanos				
	Disponíveis			Necessários	
	Qtd.	Profissão	Carga Horária	Qtd.	Carga Horária
Gestão	2	Auxiliar administrativo	66	1	33
Controle Social	1	Assistente Social	30		
Cad único e PBF	1	Assistente Social	30		
	1	Auxiliar administrativo	33		
PSB	2	Assistente Social	60	1	30
	2	Psicólogo	60		
PSE – Média complexidade	1	Assistente Social	30	1	30
	3	Psicólogo	90		
	1	Advogado	8		
<b>Total</b>			<b>407</b>	<b>3</b>	<b>93</b>

Quadro 4: Recursos Materiais Disponíveis e Necessários para operacionalização da Política de Assistência Social em Veranópolis – 2022/2025

SETOR	RECURSOS MATERIAIS	
	DISPONÍVEIS	NECESSÁRIOS
Gestão	Veículo, telefone, computador, material escritório, impressora, equipamento de cozinha, equipamentos recepção	Materiais de escritório, manutenção (aluguel, luz, água, telefone), computadores
Controle Social	Sala de reuniões, mobília	Internet, computador, impressora, telefone
Cadúnico e PBF	Computador, impressora, escrivinhas, arquivo de aço	Material escritório, arquivos de aço, pastas AZ, smartphone, tablet
Proteção Social Básica	Material para oficinas, gêneros de alimentação, materiais didáticos	Aquisição de materiais para oficinas, veículo e micro-ônibus; ampliação do CRAS.
Proteção Social Especial de Média Complexidade	Material para oficinas, gêneros de alimentação, materiais didáticos	Computador, aquisição de materiais para oficinas; construção do prédio do CREAS, serviço de vigilância e segurança permanente.

## 5 MECANISMOS E FONTES DE FINANCIAMENTO

O mecanismo de financiamento da Política Municipal de Assistência Social enquadra-se nos critérios de transferência Fundo-a-Fundo, contando com recursos próprios, da esfera estadual e federal. O detalhamento destas informações está no **anexo 4 deste Plano**.

## 6 COBERTURA DA REDE PRESTADORA DE SERVIÇOS

A Rede de Proteção Social que desempenha suas atividades na prestação de os Serviços, Programas, Projetos, Atividades e na distribuição de Benefícios Eventuais esta composta por organizações não governamentais e governamentais, que apresentam características distintas, na prestação dos serviços à comunidade. Compõem a rede Prestadoras de Serviço de Assistência Social as abaixo caracterizadas:

<b>Nome</b>	<b>CRAS – Centro de Referência de Assistência Social</b>		
<b>Endereço</b>	Rua São Francisco, Nº 259. Bairro Centro.		
<b>CNPJ</b>		<b>Telefone</b>	54 3441-7242
<b>e-mail</b>	<a href="mailto:cras@veranopolis.rs.gov.br">cras@veranopolis.rs.gov.br</a>		
<b>Público Prioritário</b>	Famílias e Indivíduos em situação de vulnerabilidade social.		
<b>Serviço Socioassistencial ofertado</b>	PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos		
<b>Capacidade de Atendimento</b>	3.500		

<b>Nome</b>	<b>CREAS - CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>		
<b>Endereço</b>	Avenida Dr. José Montauray. Nº 960. Bairro Centro.		
<b>CNPJ</b>		<b>Telefone</b>	54 3441-5950
<b>e-mail</b>	<a href="mailto:creas@veranopolis.rs.gov.br">creas@veranopolis.rs.gov.br</a>		
<b>Público Prioritário</b>	Famílias/indivíduos em situação de violação de direitos.		
<b>Serviço Socioassistencial ofertado</b>	PAEFI - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviço à Comunidade. Serviço Especializado em Abordagem Social Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias		
<b>Capacidade de Atendimento</b>	100		

<b>Nome</b>	<b>ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE VERANÓPOLIS</b>		
<b>Endereço</b>	Rua: São Francisco de Assis. Nº - 237. Bairro Centro		
<b>CNPJ</b>	98.675.598/0001-13	<b>Telefone</b>	54 3441-4095
<b>e-mail</b>			
<b>Público Prioritário</b>	Pessoas com deficiência		
<b>Serviço Socioassistencial ofertado</b>	Serviço de Habilitação e Reabilitação da pessoa com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.		
<b>Capacidade de Atendimento</b>	150		

<b>Nome</b>	<b>SOCIEDADE BENEFICIENTE SÃO FRANCISCO</b>		
<b>Endereço</b>	Rua Frei Inácio Curtarelli. Nº 235. Bairro São Peregrino		
<b>CNPJ</b>	89.986.954/0001-29	<b>Telefone</b>	54 3441-5757
<b>e-mail</b>			
<b>Público Prioritário</b>	Idosos		
<b>Serviço Socioassistencial ofertado</b>	Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos		
<b>Capacidade de Atendimento</b>	35		

<b>Nome</b>	<b>ACADEMIA VERANENSE DE ASSISTÊNCIA EM EDUCAÇÃO E CULTURA</b>		
<b>Endereço</b>	Rua Dr. José Montaury. Nº 465. Bairro Centro		
<b>CNPJ</b>	10.805.921/0001-85	<b>Telefone</b>	54 3441-4272
<b>e-mail</b>			
<b>Público Prioritário</b>	Adolescente e Jovens do Ensino Médio		
<b>Serviço Socioassistencial ofertado</b>	Programa de Inclusão Social Produtiva de Formação Socioprofissional na Proteção Social Básica.		
<b>Capacidade de Atendimento</b>	120		

<b>Nome</b>	<b>CENTRO COMUNITÁRIO VERANENSE DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA</b>		
<b>Endereço</b>	Avenida Júlio de Castilhos. Nº 453. Bairro Centro		
<b>CNPJ</b>	98.675.093/0001-59	<b>Telefone</b>	54 3441-4035
<b>e-mail</b>			
<b>Público Prioritário</b>	Adolescentes e Jovens do Ensino Médio		
<b>Serviço Socioassistencial ofertado</b>	Programa de Inclusão Produtiva de Formação Socioprofissional na Proteção Social Básica		
<b>Capacidade de Atendimento</b>	100		

<b>Nome</b>	<b>LIGA FEMININA REGINAL DE COMBATE AO CÂNCER</b>		
<b>Endereço</b>	Rua São Francisco de Assis. Nº 259. Bairro Centro		
<b>CNPJ</b>	06.068.633/0001-38	<b>Telefone</b>	54 99688-1404
<b>e-mail</b>			
<b>Público Prioritário</b>	Pessoas com câncer		
<b>Serviço Socioassistencial ofertado</b>	Ações de assessoramento, defesa e garantia das pessoas com câncer.		
<b>Capacidade de Atendimento</b>	150		

<b>Nome</b>	<b>ASSOCIAÇÃO DAS PESSOAS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA SÃO CAMILO DE VERANÓPOLIS</b>		
<b>Endereço</b>	Avenida José Montauray. Nº 181. Bairro Centro.		
<b>CNPJ</b>	91.568.436/0001-37	<b>Telefone</b>	54 3441-4344
<b>e-mail</b>			
<b>Público Prioritário</b>	Pessoas com Deficiência		
<b>Serviço Socioassistencial ofertado</b>	Ações de assessoramento, defesa e garantia de direitos das pessoas com deficiência.		
<b>Capacidade de Atendimento</b>	70		

<b>Nome</b>	<b>SOCIEDADE ASSISTENCIAL AOS MENORES VERANÓPOLIS</b>		
<b>Endereço</b>	Rua Marechal Floriano Peixoto. Nº 372. Bairro Centro.		
<b>CNPJ</b>	91.568.436/0001-37	<b>Telefone</b>	54 3441-4344
<b>e-mail</b>			
<b>Público Prioritário</b>	Crianças e Adolescentes.		
<b>Serviço Socioassistencial ofertado</b>	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ( práticas esportivas)		
<b>Capacidade de Atendimento</b>	70		

<b>Nome</b>	<b>ASSOCIAÇÃO SULINA DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL</b>		
<b>Endereço</b>	Avenida Dr. José Montauray. Nº 600. Bairro Centro		
<b>CNPJ</b>	92.773.142/0001-00	<b>Telefone</b>	54 3441-1162
<b>e-mail</b>			
<b>Público Prioritário</b>	Comunidade do interior de Veranópolis		
<b>Serviço Socioassistencial ofertado</b>	Programa de Estímulo ao Desenvolvimento Integral Sustentável das Comunidades, Cadeias Organizativas, Redes de Empreendimentos e à Geração de Renda.		
<b>Capacidade de Atendimento</b>	Toda a extensão do meio rural		

## 7 INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A produção de informações acerca do município e dos instrumentos que compõe a gestão da Política de Assistência Social, no que se refere especialmente ao cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no PMAS, bem como ao acompanhamento das ações socioassistenciais desenvolvidas, em termos de qualidade dos serviços prestados, atendimento da demanda potencial por inclusão, dos custos em conformidade com a legislação resultam no processo de **monitoramento e controle** dos projetos, serviços, ações da política adotada pelo governo municipal.

O foco do monitoramento e controle diz respeito à legalidade dos atos públicos enquanto, o foco das atividades de avaliação e monitoramento, se referem à qualidade da gestão. O monitoramento e o controle têm por objetivo corrigir desperdícios, negligências e omissões, verificadas na aplicação de recursos públicos segundo critérios técnicos, operacionais ou legais. Neste sentido, o objetivo da avaliação será a produção de informações qualificadas e sistematizadas sobre programas, projetos, ações e serviços a fim de subsidiar a tomada de decisões por parte dos gestores.

A partir do PROCESSO DE AVALIAÇÃO, será possível desenvolver um estudo focado nos programas, serviços, projetos, ações e benefícios de natureza socioassistencial. Identificaremos questões pertinentes por Níveis de Proteção Social e por Blocos de Financiamento, considerando os aspectos relacionados à eficiência, efetividade, resultados e impactos (eficácia), em duas dimensões distintas:

**Avaliação de Processo:** estudos sobre os pontos que favoreçam ou dificultam os processos de implementação da política ou do programa, aí incluindo seus desenhos e suas dimensões organizacionais e institucionais, objetivando a tomada de providências e a expedição de recomendações aos responsáveis pela implementação da Política Municipal de Assistência Social (gestão, coordenação e equipe técnica).

**Avaliação de Resultados:** que vão englobar:

- **Desenhos:** referem-se aos produtos (resultados) definidos pelas metas do programa;
- **Impactos:** referem-se às mudanças na situação dos beneficiários, provocadas diretamente pelo programa.

- Efeitos: refere-se a outros resultados do programa social, esperados ou não, que se acabam produzindo em decorrência dele.

Com o PROCESSO DE MONITORAMENTO, será realizado o acompanhamento sistemático de objetivos e metas envolvendo gestão e equipe técnica responsável pelo desenvolvimento dos programas e da política fixada neste Plano. O objetivo será a adoção em tempo real de medidas corretivas para melhorar a operacionalização da política. Terá seu foco no acompanhamento da execução física e financeira (cumprimento de metas quantitativas e do desembolso financeiro), no diagnóstico das necessidades em relação aos equipamentos disponibilizados para implementação da política, considerando a busca do atingimento das metas estabelecidas. Os números observados com o processo de monitoramento serão traduzidos em indicadores de desempenho de seus respectivos programas e serviços, tendo-se por base as metas estabelecidas no Plano Municipal.

O processo de monitoramento das ações, serviços, projetos e atividades da política de Assistência Social seguirá o seguinte rito:

- A coleta de dados;
- A tabulação de dados;
- A produção de indicadores com base nos dados sistematizados;
- O acompanhamento (evolução) e a análise dos indicadores produzidos.

A CONSTRUÇÃO DE INDICADORES consiste na adoção de em um valor a ser utilizado para medir e acompanhar a evolução de algum fenômeno ou resultados sobre as ações proposta no Plano Municipal de Assistência Social. O aumento ou a diminuição desse valor nos permitirá verificar as mudanças na condição deste fenômeno. A matéria-prima dos indicadores de programas sociais são os dados que expressam características relevantes de fenômenos que se quer acompanhar. Ela requer a organização de base de dados contendo as informações consideradas relevantes para medir mudanças ao longo do tempo. A definição de indicadores requer clareza sobre os objetivos a e lógica de cada programa, conforme anexo 5.

A gestão eficiente e eficaz está relacionada à capacidade administrativa e de produzir o máximo de resultados com o mínimo de recursos, energia e tempo, exigindo

assim, o planejamento e o gerenciamento dos recursos humanos, dos materiais, dos recursos financeiros, de forma efetiva. Gestão de Conteúdo implica em inserir, editar, publicar e/ou disponibilizar informações (textos, fotos, enquetes, formulários e outros) em uma página da web (sites, sítio eletrônico, websites) em tempo real.

As planilhas destinadas ao acompanhamento da avaliação, do monitoramento e da criação de indicadores sociais encontra-se no capítulo 3 Plano Municipal e deverão ser utilizadas apenas em função do início do processo respeitando o tempo de vigência do Plano Municipal de Assistência Social. No atual contexto, **o anexo 5** é meramente exemplificativo.

## DOCUMENTOS CONSULTADOS

BRASIL, Ministério da Cidadania. Relatórios de Informações Sociais - Bolsa Família e Cadastro Único. Veranópolis, 2021.

BRASIL. CENSO SUAS 2018, Veranópolis.

BRASIL. CENSO SUAS 2019, Veranópolis.

BRASIL. CENSO SUAS 2020, Veranópolis.

BRASIL. Demonstrativo Para Co-Financiamento Do Governo Federal Sistema Único Da Assistência Social. Ano 2018, Veranópolis.

BRASIL. Demonstrativo Para Co-Financiamento Do Governo Federal Sistema Único Da Assistência Social. Ano 2019, Veranópolis.

BRASIL. Demonstrativo Para Co-Financiamento Do Governo Federal Sistema Único Da Assistência Social. Ano 2020, Veranópolis.

BRASIL. Plano De Ação Para Co-Financiamento Do Governo Federal Sistema Único Da Assistência Social Ano 2018, Veranópolis.

BRASIL. Plano De Ação Para Co-Financiamento Do Governo Federal Sistema Único Da Assistência Social Ano 2019, Veranópolis.

BRASIL. Plano De Ação Para Co-Financiamento Do Governo Federal Sistema Único Da Assistência Social Ano 2020, Veranópolis.

FEE, Fundação de Economia e Estatística. Resumo estatístico Veranópolis. Disponível em: <https://arquivofee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=Veran%C3%93polis>. Acesso em: 10 fev. 2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidade de Veranópolis. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/veranopolis>. Acesso em: 10 fev. 2022.

VERANÓPOLIS. Diagnóstico Social da Criança e do adolescente. 2020. Disponível em: [https://diagnosticossociais.com.br/veranopolis-rs/#:~:text=O%20Diagn%C3%B3stico%20da%20Realidade%20Social,Inf%C3%A2ncia%20e%20Juventude%20\(FIA\)](https://diagnosticossociais.com.br/veranopolis-rs/#:~:text=O%20Diagn%C3%B3stico%20da%20Realidade%20Social,Inf%C3%A2ncia%20e%20Juventude%20(FIA)). Acesso em: 10 de fev. 2022.

VERANÓPOLIS. Lei Municipal No 6.440, De 19 De Março De 2014. Dispõe Sobre A Regulamentação E Critérios Para A Concessão Dos Benefícios.

VERANÓPOLIS. Plano Municipal de Assistência Social – Vigência 2018/2021.

VERANÓPOLIS. Plano Plurianual – 2022/2025.

VERANÓPOLIS. Relatório Bimestral GESUAS. Consulta em fev. 2022.

VERANÓPOLIS. Relatório Final – Conferência Municipal de Assistência Social de Veranópolis, 2021.

## ANEXO 1: DEMANDA POTENCIAL PARA OS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS

SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	DEMANDA IDENTIFICADA	EM ATENDIMENTO	TAXA DE COBERTURA (%)
Programa de Atendimento Integral à Família e Indivíduos - PAIF	180	180	100,00
Serviço de Convivência & Fortalecimento de Vínculos	259	259	100,00
Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio Para Pessoa com Deficiência e Idosa			

SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	DEMANDA IDENTIFICADA	EM ATENDIMENTO	TAXA DE COBERTURA (%)
Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI	75	65	85,00
Serviço Especializado em Abordagem Social			
Serviço de Proteção Social - Cumprimento de Medida Socioeducativa LA - PSC / NOV.2017	2	2	100,00
Serviço de Proteção Social Especial Para Pessoas com Deficiência, Idosas e Famílias	4	2	50,00
Serviço Especializado Para Pessoas em Situação de Rua	4	3	75,00

SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - ALTA COMPLEXIDADE	DEMANDA IDENTIFICADA	EM ATENDIMENTO	TAXA DE COBERTURA (%)
Acolhimento Institucional – Abrigo (Vaga comprada, pois não há abrigo no município)	01	01	100,00
Acolhimento Institucional - Casa Lar	27	14	52,00
Acolhimento Institucional - Casa de Passagem			
Acolhimento Institucional - Residência Inclusiva			
Acolhimento em República			
Acolhimento em Família Acolhedora (em fase de implantação)			
Serviço de Proteção em Situação de Calamidade Pública e Emergência	05	05	100,00

OUTROS SERVIÇOS & BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	DEMANDA IDENTIFICADA	EM ATENDIMENTO	TAXA DE COBERTURA (%)
Auxílio Natalidade / Mês	5	5	100,00
Auxílio Funeral / Mês	10	10	100,00
Outros Benefícios Eventuais / Mês	250	40	100,00
Benefício de Prestação Continuada - BPC - Idoso	37	37	100,00
Benefício de Prestação Continuada - BPC - PCD	108	108	100,00
Benefício de Transferência de Renda – Auxílio Brasil (Bolsa Família)	350	350	100,00
Atualização Cadastral - CadÚnico (Taxa = 0,67)	1500	999	66,00

## ANEXO 2: ESTRUTURA PARA OFERTA DE SERVIÇOS

SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	INSTALADO	AMBIENTE FÍSICO	RECURSOS MATERIAIS	RECURSOS HUMANOS	TRABALHO SOCIAL	IMPACTO SOCIAL	ORIGEM DO RECURSO FINANCEIRO
Programa de Atendimento Integral á Família e Indivíduos – PAIF	Sim	Adequado	Suficiente	Adequado	Bom	Positivo	Federal
Serviço de Convivência & Fortalecimento de Vínculos	Sim	Adequado	Suficiente	Adequado	Bom	Positivo	Municipal
Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio Para Pessoa com Deficiência e Idosa							

SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL MÉDIA COMPLEXIDADE	INSTALADO	AMBIENTE FÍSICO	RECURSOS MATERIAIS	RECURSOS HUMANOS	TRABALHO SOCIAL	IMPACTO SOCIAL	ORIGEM DO RECURSO FINANCEIRO
Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI	Sim	Adequado	Adequado	Insuficiente	Satisfatório	Positivo	Federal
Serviço Especializado em Abordagem Social							
Serviço de Proteção Social - Cumprimento de Medida Socioeducativa LA – PSC	Sim	Adequado	Adequado	Insuficiente	Satisfatório	Positivo	Federal
Serviço de Proteção Social Especial Para Pessoas com Deficiência, Idosas e Famílias	Sim	Adequado	Adequado	Insuficiente	Satisfatório	Positivo	Municipal
Serviço Especializado Para Pessoas em Situação de Rua	Sim	Adequado	Adequado	Insuficiente	Satisfatório	Positivo	Municipal

SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL ALTA COMPLEXIDADE	INSTALADO	AMBIENTE FÍSICO	RECURSOS MATERIAIS	RECURSOS HUMANOS	TRABALHO SOCIAL	IMPACTO SOCIAL	ORIGEM DO RECURSO FINANCEIRO
Acolhimento Institucional - Abrigo / Estado	Sim						Estadual
Acolhimento Institucional - Casa Lar							
Acolhimento Institucional - Casa de Passagem							
Acolhimento Institucional - Residência Inclusiva							
Acolhimento em República							
Acolhimento em Família Acolhedora							
Serviço de Proteção em Situação de Calamidade Pública e Emergência	Sim	Adequado	Adequado	Adequado	Bom	Positivo	Misto

OUTROS SERVIÇOS E BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	INSTALADO	AMBIENTE FÍSICO	RECURSOS MATERIAIS	RECURSOS HUMANOS	TRABALHO SOCIAL	IMPACTO SOCIAL	ORIGEM DO RECURSO FINANCEIRO
Auxílio Natalidade	Sim	Adequado	Adequado	Adequado	Bom	Positivo	Municipal
Auxílio Funeral	Sim	Adequado	Adequado	Adequado	Bom	Positivo	Municipal
Outros Benefícios Eventuais	Sim	Adequado	Adequado	Adequado	Bom	Positivo	Municipal
Gestão do BPC – Idoso	Sim	Adequado	Adequado	Adequado	Bom	Positivo	Municipal
Gestão do BPC – PCD	Sim	Adequado	Adequado	Adequado	Bom	Positivo	Municipal
Benefício de Transferência de Renda – Bolsa Família	Sim	Adequado	Adequado	Adequado	Bom	Positivo	Federal
Programa Criança Feliz	Sim	Adequado	Adequado	Adequado	Bom	Positivo	Federal
Atualização Cadastral – CadÚnico	Sim	Adequado	Adequado	Adequado	Bom	Positivo	Federal

### ANEXO 3: INDICADORES DE DEMANDA E OFERTA DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS

SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	DEMANDA	OFERTA	Taxa (%) COBERTURA	TIPO DE COBERTURA
Programa de Atendimento Integral à Família e Indivíduos - PAIF	180	180	100	Direta
Serviço de Convivência & Fortalecimento de Vínculos	259	259	100	Direta
Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio Para Pessoa com Deficiência e Idosa				

SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL MEDIA COMPLEXIDADE	DEMANDA (meta)	OFERTA	Taxa (%) COBERTURA	TIPO DE COBERTURA
Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI	75	65	85	Direta
Serviço Especializado em Abordagem Social				
Serviço de Proteção Social - Cumprimento de Medida Socioeducativa - LA – PSC	2	2	100	Direta
Serviço de Proteção Social Especial Para Pessoas com Deficiência, Idosas e Famílias	4	2	50	Direta
Serviço Especializado Para Pessoas em Situação de Rua	4	3	75	Direta

<b>SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL ALTA COMPLEXIDADE</b>	<b>DEMANDA (meta)</b>	<b>OFERTA</b>	<b>Taxa (%) COBERTURA</b>	<b>TIPO DE COBERTURA</b>
Acolhimento Institucional – Abrigo	1	1	100	Direta
Acolhimento Institucional - Casa Lar	27	14	52	Direta
Acolhimento Institucional - Casa de Passagem				
Acolhimento Institucional - Residência Inclusiva				
Acolhimento em República				
Acolhimento em Família Acolhedora (fase de implantação)				
Serviço de Proteção em Situação de Calamidade Pública e Emergência	5	5	100	Indireta

<b>OUTROS SERVIÇOS &amp; BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS</b>	<b>DEMANDA (meta)</b>	<b>OFERTA</b>	<b>Taxa (%) COBERTURA</b>	<b>TIPO DE COBERTURA</b>
Auxílio Natalidade (mês)	5	5	100	Direta
Auxílio Funeral	10	10	100	Direta
Outros Benefícios Eventuais	250	250	100	Indireta
Benefício de Prestação Continuada - BPC - Idoso	37	37	100	Direta
Benefício de Prestação Continuada - BPC - PCD	108	108	100	Direta
Benefício de Transferência de Renda – Auxílio Brasil	350	350	100	Direta
Atualização Cadastral – Cadúnico	1500	999	66	Direta

## ANEXO 4: MECANISMOS E FONTES DE FINANCIAMENTO

Fica a Secretaria de Assistência Social autorizada a proceder a reprogramação financeira dos saldos existentes em contas correntes de recursos provenientes do FNAS e FEAS no dia 31 de dezembro de cada exercício, descontados os restos a pagar. A reprogramação para o exercício seguinte obrigatoriamente deve ser dentro do mesmo piso de programa e/ou gestão e será feita mediante autorização do CMAS que expedirá a devida resolução.

### BLOCO I - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

R\$ Mês	Fonte	2022	2023	2024	2025	Total /Período
<b>R\$ 5.665,66</b>	<b>PSB</b>	R\$ 67.987,92	R\$ 67.987,92	R\$ 67.987,92	R\$ 67.987,92	R\$ 271.951,68
<b>R\$ 3.500,00</b>	<b>FEAS</b>	R\$ 3.500,00	R\$ 3.500,00	R\$ 3.500,00	R\$ 3.500,00	R\$ 14.000,00
<b>Mensal-12 parcelas</b>	<b>LIVRE</b>	R\$ 1.387.879,59	R\$ 1.526.667,55	R\$ 1.679.334,30	R\$ 1.847.267,74	R\$ 6.441.149,18
<b>Total</b>						<b>R\$ 6.727.100,86</b>

### BLOCO II- PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

R\$ Mês	Fonte	2022	2023	2024	2025	Total /Período
<b>Mensal 12 parcelas</b>	<b>LIVRE/ Municipal</b>	R\$ 553.883,29	R\$ 609.271,62	R\$ 670.198,78	R\$ 737.218,65	R\$ 2.570.572,00
<b>Total</b>						<b>R\$ 2.570.572,00</b>

**BLOCO III - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - MÉDIA COMPLEXIDADE**

R\$ Mês	Fonte	2022	2023	2024	2025	Total /Período
R\$ 3.222,52	PF-MC	R\$ 38.670,24	R\$ 38.670,24	R\$ 38.670,24	R\$ 38.670,24	R\$ 154.680,96
R\$ 602,96	PT-MC	R\$ 7.235,52	R\$ 7.235,52	R\$ 7.235,52	R\$ 7.235,52	R\$ 28.942,08
RS 1.090,70	PFMC (MSE)	R\$ 13.088,40	R\$ 13.088,40	R\$ 13.088,40	R\$ 13.088,40	R\$ 52.353,60
	<b>Total</b>	<b>R\$ 58.994,16</b>	<b>R\$ 58.994,16</b>	<b>R\$ 58.994,16</b>	<b>R\$ 58.994,16</b>	<b>R\$ 235.976,64</b>

**BLOCO IV- PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - ALTA COMPLEXIDADE**

R\$ Mês	Fonte	2022	2023	2024	2025	Total /Período
<b>R\$ 723,83</b>	<b>PAC I</b>	R\$ 8.685,96	R\$ 8.685,96	R\$ 8.685,96	R\$ 8.685,96	R\$ 34.743,84
					<b>Total</b>	<b>R\$ 34.743,84</b>

**BLOCO V - GESTÃO DO SUAS**

R\$ Mês	Fonte	2022	2023	2024	2025	Total /Período
<b>R\$ 502,00</b>	IGD-SUAS	R\$ 6.024,00	R\$ 6.024,00	R\$ 6.024,00	R\$ 6.024,00	R\$ 24.096,00
					<b>Total</b>	<b>R\$ 24.096,00</b>

**BLOCO VI - GESTÃO DO PBF & CADÚNICO**

R\$ Mês	Fonte	2022	2023	2024	2025	Total /Período
R\$ 1.447,32	IGD-BF	R\$ 17.367,84	R\$ 17.367,84	R\$ 17.367,84	R\$ 17.367,84	R\$ 69.471,36
					<b>Total</b>	<b>R\$ 69.471,36</b>

**PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS – CRIANÇA FELIZ**

R\$ Mês	Fonte	2022	2023	2024	2025	Total /Período
<b>R\$ 11.250,00</b>	Federal	R\$135.000,00	R\$135.000,00	R\$135.000,00	R\$135.000,00	R\$540.000,00
					Total	R\$540.000,00

## ANEXO 5: EXEMPLO DE SISTEMATIZAÇÃO PARA RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

Relatório de Avaliação das Políticas Sociais

Data:

Ação Estratégica	Metas	Resultados e Impactos esperados
Indicador		
<b>EFICIÊNCIA</b> <i>(É a capacidade administrativa de produzir o máximo de resultados com o mínimo de recursos, energia e tempo; Produzir o máximo com o mínimo de desperdício; Eficiência está associada à racionalidade - produtividade (ação, força, virtude de produzir)</i>	Desenho	
<b>EFICÁCIA</b> <i>(Estabelece a relação entre resultados pretendidos e resultados obtidos; Estabelece o grau em que se alcançam os objetivos e as metas em um determinado período de tempo, sem levar em conta os custos).</i>	Impacto	
<b>EFETIVIDADE</b> <i>(Diz respeito ao resultado de identificação dos concreto que se consolidaram, ou às ações que fizeram acontecer esse resultado concreto (fins-objetivo e metas desejadas)</i>	Efeito	

## RELATÓRIO

Acompanhamento periódico, sem interrupções, registrado por parte do gestor, coordenador, equipe técnica, de todas as informações relativas à manutenção dos programas, SERVIÇOS, atividades e benefícios assistenciais dispensados pela política de assistência social.

### 1. Relatório de Monitoramento das Políticas Sociais – Proteção Básica

Programa	Monitoramento – evolução do Período	Destaques na construção dos indicadores
PAIF		
SCFV		
Cuidados Domicílio		

### 2. Relatório de Monitoramento das Políticas Sociais – Proteção Social Especial – Média complexidade

Programa	Monitoramento – evolução do Período	Destaques na construção dos indicadores
PAEFI		
Serviço Especializado de Abordagem Social		
Medida socioeducativa		
Serviço de Proteção Social Especial PCD, pessoa idosa e suas famílias		
Serviço Especializado para pessoas em Situação de Rua		

### 3. Relatório de Monitoramento das Políticas Sociais – Proteção Social Especial – Alta Complexidade

Programa	Monitoramento – evolução do Período	Destaques na construção dos indicadores
Serviço de Acolhimento Institucional		
Serviço de Acolhimento em República		
Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora		
Serviço de Proteção em Situação de Calamidade Pública e Emergências		

### 4. Relatório de Monitoramento das Políticas Sociais – Gestão do Cadúnico e Programa Auxílio Brasil

Cadúnico	Monitoramento – evolução do Período	Destaques na construção dos indicadores
Gestão do Cadúnico		
Gestão do Programa Auxílio Brasil		

**Relatório de Indicadores Sociais:** *Consiste na adoção de um valor de referência a ser utilizado para medir e acompanhar a evolução de um fenômeno ou de um resultado sobre a ação proposta no plano municipal. Deve ser observada as flutuações do indicador (aumento, estabilização ou redução) possibilitando captar todos os aspectos do processo, podendo resultar em fatores positivos, neutros ou negativos.*

**Período avaliado/monitorado:** \_\_\_\_\_

<b>Fenômeno estudado</b>	<i>Ex. Serviço de Atendimento integral às famílias</i>
<b>Indicador de Estrutura e Insumos</b>	<i>Constitui-se na aferição da Quantidade &amp; Qualidade dos Recursos, identificados por Fonte de Financiamento, em relação ao Plano de Ação Anual; na análise das características de Infraestrutura disponibilizada e sobre a adequação dos Recursos Humanos empregados no processo.</i>
<b>Indicador de Processo</b>	<i>Constitui-se na aferição dos resultados já alcançados no atingimento dos objetivos e metas traçadas no planejamento, fornecendo informações sobre a gestão e o uso dos recursos descritos nos indicadores de estrutura.</i>
<b>Indicador de Resultado</b>	<i>Constituem-se na aferição do desempenho em relação ao cumprimento dos objetivos finais dos programas, serviços, projetos ou atividades integrantes do Plano.</i>
<b>Indicador de Impacto</b>	<i>Constitui-se na aferição de resultados (podendo ser quantitativos e qualitativos) atribuídos exclusivamente à intervenção promovida pelo programa, projeto, serviço ou benefício assistencial, na vida do usuário.</i>
<b>Indicador de Efeito</b>	<i>Constitui-se na aferição de resultados que não haviam sido antecipados (previstos), mas se tornaram visíveis na implementação dos programas, projetos, serviços ou benefícios assistenciais, como expressão da Política de Assistência Social.</i>